

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (PERU) GIANCARLO DANIEL DOIG GODOY

A IMPORTÂNCIA DO SUBMARINO CONVENCIONAL NO MAR DA  
CHINA MERIDIONAL:

uma análise da Estratégia Marítima da China

Rio de Janeiro

2020

CC (PERU) GIANCARLO DANIEL DOIG GODOY

A IMPORTÂNCIA DO SUBMARINO CONVENCIONAL NO MAR DA  
CHINA MERIDIONAL:

uma análise da Estratégia Marítima da China

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CC Leandro Ferreira de Almeida

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2020

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por sobre todas as coisas, por permitir que minha família este unida e com saúde nestes tempos difíceis que atravessa o mundo.

Aos meus pais, Lila e Jorge, pelo exemplo de Liderança, equilíbrio emocional, entrega e amor.

A minha querida esposa Anita, que merece aqui um agradecimento especial, pela compreensão, incentivo, amor e por aquelas madrugadas acompanhando-me para não desistir.

A meus filhos Favio e Dari, pelo apoio, motivação e paciência dispensados durante a realização deste trabalho.

Marinha de Guerra do Peru, por dar-me a oportunidade de seguir avançando em minha carreira e a confiança depositada.

À Marinha do Brasil, por acolher-me como mais um filho de sua força e pelos conhecimentos brindados que serem proveitosos para minha formação profissional.

Ao Capitão-de-Fragata (RM1) Ohara Barbosa Nagashima, pela motivação acadêmica e pelo esmero na orientação metodológica.

Ao meu orientador, CC Leandro Ferreira de Almeida, pelas sugestões e intervenções extremamente profissionais, que foram de grande relevância para a confecção deste estudo.

Aos colegas da turma do C-EMOS 2020, pelo apoio e incentivo durante esta caminhada e sempre estar dispostos a ajudar.

## RESUMO

O propósito desta pesquisa é compreender o emprego dos submarinos convencionais na Estratégia Naval da República Popular da China, quanto à defesa de seus interesses no Mar da China Meridional. Para tal, inicialmente, efetuou-se um estudo sobre as teorias clássicas e contemporâneas das Tarefas Básicas do Poder Naval, com ênfase no controle do mar e na negação do seu uso, bem como seu relacionamento com a situação geopolítica atual no Sudeste Asiático. Seguiu-se um estudo da evolução histórica do submarino até tornar-se a “coluna vertebral” da Marinha do Exército de Libertação Popular da China. Por fim, foram exploradas as estratégias que poderiam ser adotadas pela Marinha chinesa, com foco no emprego dos submarinos convencionais, para atingir-se os objetivos dispostos pelo governo, no controle do Mar da China Meridional, assim como negar o acesso às forças externas que intervenham ante uma possível crise na região.

Palavras-chave: Mar da China Meridional. Estratégia Naval da China. Submarinos convencionais. Linhas de Comunicações Marítimas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Primeira e Segunda Cadeia de Ilhas.....	57
Figura 2 - Fluxo do Petróleo Cru no Mar da China Meridional.....	58
Figura 3 - Mapa da <i>Nine-Dash Line</i> .....	59
Figura 4 - Mapa do emprego dos submarinos convencionais.....	60

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2 –	<i>Anti-Access</i>
A2/AD –	<i>Anti-Access/Area-Denial</i>
AD –	<i>Area-Denial</i>
AIP –	<i>Air Independent Propulsion</i>
ASCM –	<i>Anti-Ship Cruise Missiles</i>
END –	Estratégia Naval de Defesa
EUA –	Estados Unidos da América
LBDN –	Livro Branco de Defesa Nacional
LCM –	Linhas de Comunicações Marítimas
MCM –	Mar da China Meridional
ONU –	Organização das Nações Unidas
PCCh –	Partido Comunista Chinês
PM –	Poder Marítimo
PN –	Poder Naval
PLA –	<i>People's Liberation Army</i>
PLAN –	<i>People's Liberation Army Navy</i>
RPC –	República Popular da China
SSK –	Submarino de Ataque com Propulsão Diesel (Submarino Convencional)
SSN –	Submarinos de Ataque com Propulsão Nuclear
TBPN –	Tarefas Básicas do Poder Naval
TIS –	Taxa de Indiscrição do Submarino

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA</b> .....	9
2.1	A relação entre o Domínio do Mar e o Controle do Mar .....	9
2.2	A teoria do Poder Marítimo para Mahan .....	12
2.3	Corbett e seu argumento sobre a Negação do Mar .....	15
<b>3</b>	<b>CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA CHINA</b> .....	19
3.1	A China e sua dependência por recursos energéticos .....	20
3.2	A posição estratégica do Mar da China Meridional .....	22
3.3	A potencial ameaça de Taiwan .....	24
3.4	As possíveis repercussões para o Brasil e o Peru .....	28
<b>4</b>	<b>O SUBMARINO CONVENCIONAL</b> .....	30
4.1	Sua evolução e perspectivas .....	31
4.2	Vantagens e restrições .....	35
4.3	Força de Submarinos e a sua importância para a PLAN .....	38
<b>5</b>	<b>O SUBMARINO CONVENCIONAL NA ESTRATÉGIA NAVAL DA CHINA</b> .....	41
5.1	A influência da estratégia do “Colar de Pérolas” no Mar da China Meridional .....	41
5.2	A relação entre as estratégias “Anti acesso/Negação de área” e “Defesa Ativa” .....	43
5.3	O emprego do submarino convencional no Mar da China Meridional .....	47
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	50
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	52
	<b>ANEXOS</b> .....	57

# 1 INTRODUÇÃO

A República Popular da China (RPC) tornou-se uma potência emergente a nível mundial, com influência política, econômica e militar, como resultado das reformas políticas implementadas por Deng Xiaoping ao final da década de 1970. A imperiosa necessidade chinesa de assegurar o acesso aos recursos energéticos, para mover suas indústrias manufatureiras e a conquistar novos mercados, vem ameaçando os interesses hegemônicos estadunidenses, convertendo-se em seu principal adversário na disputa do equilíbrio estratégico mundial.

Seu crescimento econômico, nos últimos 25 anos, permitiu-lhe investir em uma Força Armada compatível com posição de segunda maior economia do mundo. A aquisição e modernização de seu arsenal bélico com tecnologia de ponta, melhoraram suas capacidades operativas, projetando seu poder militar de forma efetiva.

Os recentes descobrimentos de petróleo e gás no subsolo da plataforma continental do Mar da China Meridional (MCM) acrescentaram a posição chinesa de reivindicar territórios como Taiwan, os arquipélagos Spratly e Paracel, além do banco Macclesfield e os recifes de Scarborough. Nesse contexto, a RPC precisa desenvolver uma Marinha crível que permita-lhe defender seus interesses na região asiática, estabelecendo para isso um programa acelerado de renovação de suas unidades de combate e aquisição de armamento, possibilitando um controle efetivo do MCM e uma Força de Submarinos dissuasiva para negar o seu acesso e uso ao inimigo.

O propósito deste trabalho é apresentar a importância do submarino convencional na estratégia naval chinesa, tendo como recorte geográfico o MCM. Dessa forma, optou-se por utilizar uma pesquisa exploratória, empregando pesquisas bibliográfica e documental, bem como procedimentos metodológicos, de modo a obter uma conceituação de controle e negação do uso do mar, bem como o submarino desenvolve-se nele.



A apresentação da pesquisa conterà cinco capítulos, incluindo esta Introdução como o primeiro. No segundo capítulo abordaremos a fundamentação teórica do presente trabalho e as influências de Mahan e Corbett na estratégia naval da China.

No terceiro capítulo, apresentaremos a importância dos recursos energéticos para o desenvolvimento chinês e a condição estratégica que possui o MCM. Além disso, a relação entre Beijing-Taipei e porque se faz necessária à sua anexação à China Continental, ademais das possíveis repercussões econômicas e políticas para o Brasil e Peru ante uma eventual crise no Sudeste Asiático.

No quarto capítulo, descreveremos a evolução do submarino convencional e as perspectivas no mercado asiático, quais são as vantagens e as restrições de possui-lo, além de apresentar a sua importância para a Marinha da China.

Dando continuidade, no capítulo cinco analisaremos o relacionamento da estratégia naval chinesa, denominada Defesa Ativa, com as estratégias “Colar de Pérolas”<sup>1</sup> e a *Anti-Access/Area-Denial (A2/AD)*,<sup>2</sup> para finalmente apresentar um análise do papel estratégico do submarino convencional no MCM.

Por fim, apresentaremos uma conclusão que evidenciará a relevância do submarino convencional para a consecução da estratégia naval chinesa no MCM.

Então, a seguir, no segundo capítulo, passaremos a explorar os conceitos e os modelos teóricos de interesse.

---

<sup>1</sup> Nomeado pelo Departamento de Defesa estadunidense como *String of Pearls*.

<sup>2</sup> Antiacesso/Negação de Área (tradução nossa).

## **2 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA**

Diversos tratadistas definiram conceitos relacionados à guerra naval baseando-se em seu entorno histórico e interesses particulares. Assim, terminologias de suma importância, como Estratégia Marítima e Estratégia Naval possuem diferentes definições ao longo da história, o que aprimora o desenvolvimento desta pesquisa.

Segundo Corbett (2004), a Estratégia Marítima encontra-se em um grau superior, ela possui a função de determinar as interações que devem existir entre o Exército e a Marinha em um plano de guerra, cujas disposições vão conduzir à Estratégia Naval para o melhor emprego da frota, pois torna-se quase impossível atingir uma guerra só com ações navais.

Dessa forma, nesse capítulo apresentaremos diferentes definições teóricas de pensadores clássicos, que serviram de guia para desenhar as estratégias marítimas e navais dos Estados. Assim, abordaremos primeiro a relação existente entre o domínio e o controle do mar e como alcançá-los. Em seguida, será analisada a teoria de Mahan sobre o Poder Marítimo (PM) e as condições que o afeta e finalmente, de acordo com a teoria de Corbett, quando um Estado deve negar o controle do mar a um adversário. Tais conceitos, servirão de base para analisar como a RPC empregaria seus submarinos convencionais no MCM.

### **2.1 A relação entre o Domínio do Mar e o Controle do Mar**

O uso de ambas as denominações no século XIX gerou desacordos entre estrategistas e pensadores por conceitos que são estudados atualmente. Uma das principais referências é o Contra-Almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan (1840-1914), que descreve, que embora o Domínio do Mar pudesse considerar-se efetivo, não implicava que pequenos navios inimigos pudessem desembarcar em algum ponto de uma extensa costa ou

escapar de um esquadrão, conseguindo entrar em portos bloqueados (MAHAN, 1987). Em essência, a complexidade do mar dificulta exercer um domínio constante e geral dele para qualquer Marinha, além de estar limitado pela autonomia das unidades que o controlam e o alcance dos sensores que o vigiam.

Do outro lado do hemisfério, seu contemporâneo, o advogado e historiador britânico Sir Julian Stafford Corbett (1854-1922), por meio de sua obra mais famosa *Some Principles Of Maritime Strategy* (1911) analisou o conceito de Domínio do Mar, argumentando que o objetivo da Guerra Naval é sempre dominar o mar, ou impedir que o inimigo o alcance.

No entanto, por meio de seus estudos de história, ele concluiu:

“[...] que a situação mais comum na guerra naval é que nenhum dos lados tem o comando, que a posição normal não é um mar comandado, mas um mar não comandado. A mera asseveração, que ninguém nega, de que o objetivo da guerra naval é obter o comando do mar, atualmente conota a proposição de que o comando está normalmente em disputa (CORBETT, 2004, p. 87, tradução nossa<sup>3</sup>).

Então, o domínio do mar significava ter o controle das Linhas de Comunicações Marítimas (LCM) em tempo de paz ou de guerra (CORBETT, 2004). Além disso, era relativo, não absoluto e poderia ser classificado em quatro categorias, quais sejam permanente, geral, local e temporário. Dessa forma, para assegurar o desenvolvimento de um Estado é necessário alcançar e exercer um controle do mar que permita a proteção das LCM.

Assim, o termo domínio do mar dá a impressão que aquele que o exerce desfruta do privilégio de possuir exclusivamente a extensão dos mares, afastando inclusive aqueles que o utilizam em tempos de paz, contrariando a história naval, por demonstrar que às vezes a esquadra mais fraca é capaz de transgredir o domínio alcançado pelo mais forte.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> No original: “*that the most common situation in naval war is that neither side has the command, that the normal position is not a commanded sea, but an uncommanded sea. The mere assertion, which no one denies, that the object of naval warfare is to get command of the sea actually connotes the proposition that the command is normally in dispute.*”

<sup>4</sup> A incursão do submarino alemão U-47 na Base Naval britânica de *Scapa Flow* na Segunda Guerra Mundial, teve como consequência o fundamento do acorçoadado HMS *Royal Oak*.

Por conseguinte, o domínio do mar estava sujeito a tantas destruições e limites que alguns escritores modernos desistiram do emprego deste termo, referindo-se somente ao controle das comunicações (COUTAU-BÉGARIE, 1989). Portanto, com o decorrer dos anos, controlar as áreas marítimas de interesse tornou-se uma das “Tarefas Básicas do Poder Naval” (TBPN)<sup>5</sup>, que garantirá a livre circulação comercial e a maior segurança da soberania.

Prosseguindo, para um efetivo controle do mar é conveniente possuir a dualidade do “Poder Naval”<sup>6</sup> (PN), sendo essa composta pela força e pela posição. Ambos elementos se complementam para o sucesso de uma missão. Dispor de uma “Força Naval”<sup>7</sup> compatível com os objetivos que se perseguem, como “Posições Estratégicas” que suportem as operações, favorece à ofensiva em seu plano de ataque contra a força inimiga, além de facilitar a defensiva dos alvos que se desejam conservar. Nesse aspecto, Mahan (1898) afirmava que para se assegurar o controle do mar é indispensável apoderar-se daquelas posições marítimas que contribuam para assegurar o domínio.

Enquanto aos interesses chineses, segundo Qi (2006), as atuais preocupações de segurança da China provêm do mar, enfatizando que os benefícios de seu auge econômico são cada vez mais dependentes dele. Portanto, levando em consideração os conceitos analisados, a China exerce sua soberania nacional para construir infraestrutura e implantar as capacidades defensivas necessárias dentro do MCM, permitindo resguardar seus interesses (CHINA, 2019).

Para isso, a *People's Liberation Army Navy* (PLAN)<sup>8</sup> que é o principal braço de ação no cumprimento dessa tarefa, precisa de tais estações logísticas para manter continuidade de suas operações navais pela proteção de rotas comerciais. Em consequência, as teorias de

<sup>5</sup> Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).do Brasil, considera quatro TBPN: controle de área marítima, negação do uso do mar, projeção de poder sobre terra, e contribuição para a dissuasão (BRASIL, 2012).

<sup>6</sup> Parte integrante do Poder Marítimo que compreende os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, as infraestruturas de apoio, e as estruturas de comando e controle, de logística e administrativa. Além das forças e os meios de apoio não orgânicos da Marinha que são submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade naval (Brasil, 2012).

<sup>7</sup> “Conjunto de unidades navais, podendo incluir unidades de fuzileiros navais e aeronavais embarcadas, sob comando único, destinado a realizar operações navais” (Brasil, 2017, p. A-14).

<sup>8</sup> Marinha do Exército de Libertação Popular (tradução nossa).

Mahan e Corbett evidenciam a preocupação de todo Estado por proteger suas LCM, no desenvolvimento econômico e na manutenção da estabilidade política e social, situando-se como o objetivo estratégico de maior relevância para se atingir e que gerará riqueza e poder nacional.

Concluindo, a obtenção do controle das LCM é uma tarefa fundamental para todo Estado que aspire ao seu crescimento socioeconômico, cuja consecução não terá um grau absoluto nem permanente, mas poderá obter-se em áreas limitadas de conveniência e de caráter temporal. Além do esforço para atingi-lo, deve moldar as estratégias navais de cada Marinha, como também as políticas marítimas dos governos, sendo necessário possuir um PN dissuasivo capaz de disputar o controle do mar, frente às ameaças e de posições estratégicas que permitam-lhe manter suas operações por períodos prolongados.

Assim, a RPC entendeu que reivindicar as ilhas e arrecifes localizados dentro do MCM é de vital interesse por outorgar as posições estratégicas necessárias para prover uma maior cobertura de domínio regional, acrescentar sua presença militar na região, reduzir a presença de ameaças externas, além de exercer a defesa e proteção das rotas marítimas pela qual transita seu comércio e recursos energéticos.

## **2.2 A teoria do Poder Marítimo para Mahan**

O Almirante Mahan ressalta a importância do comércio marítimo para o desenvolvimento econômico de um Estado e como a ausência dele pode afetar, gerando prejuízo. Desse modo, em sua obra *The Influence of Sea Power upon History 1660-1783*, reconhece que as marinhas existem para proteger o próprio comércio e privar ao inimigo dele, além de citar que as guerras se vencem no mar por meio do estrangulamento econômico do adversário (MAHAN, 1987).

Pelo estabelecido na teoria do *Sea Power*,<sup>9</sup> Mahan (1987) afirma que o PM é a base do poder de um Estado que aplicado adequadamente pode garantir a grandeza nacional. Além, detalha as principais condições que afetam o PM dos Estados, que desenvolvidos com eficiência levariam ao sucesso ou ao fracasso pela carência ou deficiente emprego de alguma delas.<sup>10</sup>

Mahan (1987) considera que a “Situação Geográfica” favorece a um Estado situada de tal forma que não precise defender-se por terra, concentrando-se em direcionar todos seus esforços em direção ao mar; além disso observou que a “Configuração Física” favorece o acesso do Estado as LCM de interesse, destacando a localização, capacidades e defesas que possuem seus portos; quanto à “Extensão Territorial”, esclareceu que a quantidade de quilômetros quadrados possuídos não é tão importante quanto a extensão da linha de costa e as características do litoral; ainda, o “Número de Habitantes” não tão significativo quanto o número deles envolvidos na atividade marítima; trata do “Caráter dos Habitantes”, quando argumenta que a inclinação ao comércio marítimo de um Estado beneficia o desenvolvimento de seu PM; e finalmente, com relação à “Classe do Governo”, ele afirma que o caráter e as decisões do próprio governo podem favorecer ou prejudicar seu próprio PM.

Após realizar uma breve descrição das considerações de Mahan, entende-se que o PM consiste em aproveitar o mar e os recursos que ele fornece, seu meio como rota para o intercâmbio de mercadorias que servem de base para o desenvolvimento econômico do Estado, precisando de um PN que assegure a proteção deles. Assim, pode-se concluir que o PM de um Estado se compõe de dois elementos essenciais: os “Interesses Marítimos”, que lhe conferem a substância e o “Poder Naval”, que os defende (COLÔMBIA, 2016). Entende-se como a expressão ampla da capacidade de um Estado e sua influência sobre outros atores, ou seja, do que é capaz de desenvolver a partir do controlar o mar.

---

<sup>9</sup> Poder Marítimo (tradução nossa).

<sup>10</sup> Características que afetam ao poder marítimo: situação geográfica, configuração física, extensão territorial, número de habitantes, caráter dos habitantes e classe de governo (MAHAN, 1987).

Conforme visto, para evidenciar os argumentos de Mahan e seu relacionamento com a RPC, no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN): *China's National Defense in the New Era*,<sup>11</sup> consta-se que mantém uma firme determinação de salvaguardar sua soberania e interesses marítimos (CHINA, 2019).

Prosseguindo com as condições de Mahan para possuir um desejado PM, a RPC tem promovido a solução pacífica da delimitação de seus mais de 22.000 km de fronteira terrestre com 12 de seus 14 vizinhos, ficando pendente com a Índia e Butão na zona de Donglang.<sup>12</sup> A China passou de um Estado pobre e fraco a segunda maior economia do mundo,<sup>13</sup> reconhecendo a importância dos mares para seu desenvolvimento, promovendo a modernização portuária em seus mais de 18.000 km de litoral e o interesse de sua população pela atividade marítima.<sup>14</sup> Para isso, o governo chinês reconhece que uma força naval moderna outorgará uma maior presença naval regional e fornecerá o esforço necessário para salvaguardar suas LCM.

Entretanto para Mahan (1987), o interesse marítimo que um estado possui é diretamente proporcional à força naval que desenvolve para protegê-lo, pois isso demonstra sua intenção para defender a livre navegação de seus navios contra possíveis ameaças. Nesse contexto, um Estado com uma frota poderosa, com numerosos mercantes e estaleiros com elevada capacidade tecnológica de construção naval, favorecem o sucesso de um Estado.

Concluindo, o PM é a expressão ampla da capacidade de um país e sua influência sobre os outros atores, que compreende a Marinha, os interesses marítimos e toda atividade vinculada ao mar. Esse conceito é relativo e depende como um Estado possui e explora as seis condições descritas para fortalecer o PM citadas por Mahan. Entende-se que cada Estado graduará e orientará suas políticas de acordo a seus interesses para desenvolver um PN

---

<sup>11</sup> Defesa Nacional da China na Nova Era (tradução nossa). Publicado em 22 julho 2019.

<sup>12</sup> Disputa territorial indo-sino pela hegemonia geopolítica no Himalaia.

<sup>13</sup> PIB 2019: 1º EUA 21.428 bilhões, 2º China US\$ 14.343 bilhões e 3º Japão US\$ 5.082 bilhões. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&country=CHN>>. Acesso em: 11 maio 2020.

<sup>14</sup> Nove dos dez portos mais importantes do mundo são asiáticos, dos quais sete são chineses. Disponível em: <<https://www.integralshipping.com/puertos-importantes-mundo/>>. Acesso em: 12 maio 2020.

dissuasivo, aumentar a construção naval, modernizar seus portos ou fortalecer sua Marinha Mercante, tais interesses em conjunto, uns em maior ênfase do que outro, determinarão o PM de um Estado. Dessa forma, observa-se a importância que a China dá ao mar, entendendo que seu livre trânsito é fundamental para suas aspirações hegemônicas na região. Para isso, desenvolve uma PLAN compatível com os objetivos que persegue, uma infraestrutura naval e portuária para um comércio mais fluido; e uma conscientização nacional de que o mar é imprescindível para seu desenvolvimento, evidenciando-se a influência de Mahan em suas reformas adotadas nas últimas décadas.

### 2.3 Corbett e seu argumento sobre a Negação do Mar

A ênfase de Corbett por controlar o mar e negar seu acesso representam um amplo contexto no qual um Estado pode exercer seu PN. De acordo com Corbett (2004), apoiar os objetivos do poder terrestre, garantir a circulação de mercadorias amigas e interromper a movimentação das mercadorias inimigas são o coração da guerra naval.

Em consequência, em sua obra *Some Principles of Maritime Strategy* (1911), apresentou o conceito de negação ao inimigo do uso do mar da seguinte forma:

O único método seguro é indagar o que podemos assegurar para nós e o que é que podemos negar ao inimigo pelo comando do mar. [...] o único direito que nós ou nosso inimigo pode ter no mar é o direito de passagem, em outras palavras, o único valor positivo que o alto mar tem para a vida nacional é como um meio de comunicação. Para a vida ativa de uma Nação, esses meios podem significar muito ou pouco, mas para todo Estado marítimo isso tem algum valor. Consequentemente, negando a um inimigo esse direito de passagem, controlamos o movimento de sua vida nacional no mar da mesma maneira que o controlamos em terra, ocupando seu território (CORBETT, 2004, p. 64, tradução nossa<sup>15</sup>).

<sup>15</sup>..No original: “*The only safe method is to inquire what it is we can secure for ourselves, and what it is we can deny the enemy by command of the sea. [...] the only right we or our enemy can have on the sea is the right of passage, in other words, the only positive value which the high seas have for national life is as a means of communication. For the active life of a nation such means may stand for much or it may stand for little, but to every maritime State it has some value. Consequently, by denying an enemy this means of passage we check the movement of his national life at sea in the same kind of way that we check it on land by occupying his territory. So far the analogy holds good, but no further*”.



Segundo o LBDN do Brasil (2012), a tarefa de negação do uso do mar ao inimigo consiste em dificultar ou impedir que um oponente seja capaz de acessar ou controlar determinada área marítima, para a qual, a Força de Submarinos será o principal instrumento para assegurar essa tarefa, além disso, diligenciará para que o Brasil ganhe autonomia nas tecnologias cibernéticas que guiem os submarinos e seus sistemas de armas, e que lhes possibilite atuar em rede por ar, mar e terra.

Nota-se a importância que simbolizam os submarinos para a realização da tarefa da negação do mar, que, valendo-se de sua capacidade de ocultação, fator surpresa e dissuasão, podem estar presentes sem ser detectados em águas próprias ou controladas pelo inimigo, constituindo um ambiente de incerteza para o adversário e uma ameaça constante para qualquer força que transite em qualquer área marítima de interesse.

Assim, em um conflito marítimo, existirá sempre o interesse de controlar o mar e negar ao adversário seu uso. Cada tarefa poderá apresentar um desequilíbrio de interesse considerando cada ator em um determinado estágio da disputa, conseqüentemente a dependência pelo mar de um lado será maior do que outro. Nesse sentido, o Estado que menos depende do mar ou que possui uma Marinha inferior, optará por uma estratégia de negar o livre uso do mar ao inimigo.

Segundo Corbett (2004), a fraqueza de uma potência marítima por meio de seu comércio é proporcional ao volume que transporta. Então, quanto maior o comprimento do litoral e a dependência marítima, maiores serão os meios navais necessários e o esforço gerado para controlá-lo e negá-lo. Então, o adversário que possua o lado mais fraco no litoral, terá como principal objetivo negar o controle do mar ao oponente (VEGO, 2015). Entendendo-se como frustrar parcial ou totalmente o uso do mar ao inimigo para fins militares e comerciais, que gerem seu desgaste e desestabilização, uma condição que significa benefício próprio e restrição para o adversário.

Como mencionado anteriormente, devido à complexidade dos oceanos resulta na impossibilidade monitorá-lo em sua plenitude. Assim, uma esquadra de menor poder combativo deve impedir que a esquadra maior se disperse para evitar a interceptação do próprio comércio, aproveitando aquelas dispersões acidentais para atacá-lo (CORBETT, 2004). Com uma Marinha e forças teoricamente menores operando perto do litoral, a negação do mar de Corbett é uma estratégia conveniente à PLAN, em face de uma ameaça maior como os Estados Unidos da América (EUA).

Nesse sentido, um submarino que se encontra em imersão não pode controlar o mar com sucesso, devido à capacidade limitada de detecção de seus sensores eletromagnéticos e acústicos, além da velocidade com que eles se movem. O sucesso reside neles por ser uma arma essencialmente dissuasiva e especialista em negar o uso do mesmo ao inimigo. De acordo com Coutau-Bégarie (2010), os submarinos evoluíram por ser uma arma do fraco, utilizado até se tornar a arma do mais forte e um símbolo de poder.

Desse modo, o uso de uma Força de submarinos para executar uma estratégia de negação do mar também está de acordo com a ideia de uma defesa ativa da China (COLE, 2003 *apud* FLANAGAN; MARTI, 2003). O fator de ocultação e surpresa dos submarinos permitiriam à PLAN atacar uma frota ameaçadora longe da “Primeira e Segunda Cadeia de Ilhas”,<sup>16</sup> conforme apresentamos no ANEXO A, iniciando assim o processo de desgaste de um invasor antes que ele chegue ao litoral. Em síntese, o submarino foi o instrumento escolhido para desempenhar esse papel estratégico (HOWARTH, 2006).

Concluindo, a negação do mar é uma estratégia constante, que se desenvolve em tempos de paz e guerra. Entende-se que ante a ausência de possuir um controle efetivo dele, será fundamental evitar o emprego pelo inimigo. Assim, a negação do mar será empregada com

---

<sup>16</sup> A primeira cadeia compreende as ilhas que vão dos Kurils, passando por Taiwan até Bornéu, abrangendo aproximadamente o Mar Amarelo, o Mar do Leste da China e o Mar da China Meridional. A Segunda cadeia estende-se do norte do Japão às ilhas Marianas, Palau e Guam (EUA, 2019).

maior ênfase naquelas Marinhas que possuem poder bélico inferior ao dos seus oponentes. Além disso, pode ser bem-sucedido para uma esquadra que possui submarinos, pois ele gera grande desgaste do adversário para enfrentá-lo em uma guerra convencional, originando a dispersão das forças para localizá-lo e conseqüentemente, uma redução da assimetria de poderes. Em relação à China, considera suas LCM essenciais para seu progresso nacional, controlá-las é parte de sua estratégia regional e para negar seu domínio os submarinos serão fundamentais para o cumprimento dessa tarefa. A Força de Submarinos da China continua a crescer a uma taxa lenta, mas constante, renovando sua frota com submarinos cada vez mais capazes e com tecnologia própria. Essas considerações serão ampliadas no capítulo quatro.

### 3 CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA CHINA

No transcurso da Guerra Fria (1947-1991), enquanto os olhos do mundo estavam focados nos movimentos políticos e militares dos EUA e da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), a RPC liderada por Deng Xiaoping (1978-1989) surgiu no cenário internacional como uma potência emergente, para implementar com sucesso uma revolução cultural, econômica e tecnológica de longo prazo. A chave para o sucesso foram as reformas políticas e sua abertura aos mercados internacionais por meio da execução do programa “Quatro Modernizações”,<sup>17</sup> que fomentaram o desenvolvimento industrial e tecnológico que alterou a dinâmica social e política chinesa.<sup>18</sup>

As políticas implementadas pelo governo do Partido Comunista Chinês (PCCh) visavam a retirada dos EUA como hegemonia regional, tornando-se um ator líder no cenário mundial. Assim, a China demonstrou que um crescimento econômico não precisava possuir um modelo democrático para ser sustentável.

Ressalta-se que a China não busca desestabilizar o Sudeste Asiático, pois isso afetaria seu progresso econômico e colocaria em risco o trânsito de seus hidrocarbonetos, produto vital para a sustentabilidade industrial. Dessa forma, continua trabalhando com os Estados regionais para manter em conjunto a paz e o equilíbrio na região (CHINA, 2019).

No presente capítulo avaliou-se o quanto são importantes as LCM para o crescimento econômico chinês, enfatizando suas disputas e discrepâncias no MCM. Além disso, foram analisadas as tensões existentes com Taiwan e como um hipotético bloqueio ou enfrentamento bélico nessa região da Ásia pode afetar os interesses do Brasil e do Peru.

---

<sup>17</sup> Reformas que procurou incentivar os investimentos estrangeiros, além de promover a inovação da ciência e tecnologia, indústria, agricultura e as Forças Armadas.

<sup>18</sup> Depois de 40 anos, o PIB da China passou de representar 1,75% a 15% da economia mundial, originando que mais de 800 milhões de pessoas saíram da pobreza. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/14/internacional/1544816076\\_617866.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/14/internacional/1544816076_617866.html)>. Acesso em: 14 maio 2020.

### 3.1 A China e sua dependência por recursos energéticos

Nos últimos anos a indústria naval foi responsável pelo transporte de cerca 90% do comércio mundial, de acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC). O intercâmbio comercial e a exploração dos recursos que o mar fornece são de interesse nacional, porém a interrupção do tráfego, mesmo por um curto período de tempo, teria importantes repercussões sociais, econômicas e geopolíticas.

Segundo Kong (2017), o surgimento de um conflito entre a RPC e outros Estados, provocaria o corte de rotas marítimas e o ataque a navios mercantes, por conseguinte, a RPC ficaria na defensiva, devido ao bloqueio do acesso comercial aos oceanos. Portanto, sendo o maior exportador mundial,<sup>19</sup> a segurança energética é questão de preocupação nacional para a manutenção de sua grande indústria manufatureira e tecnológica. Assim, a preocupação chinesa em garantir o fluxo das importações de hidrocarbonetos para a economia é do interesse nacional. De acordo com Cole (2001), o petróleo é o principal interesse econômico no exterior da China.

Nesse sentido, considerando que a grande porcentagem do petróleo é proveniente do Oriente Médio, África e Brasil,<sup>20</sup> o esforço para renovar e modernizar sua Força Naval visa proteger seus interesses marítimos, manter o controle das águas próximas ao seu litoral, além das LCM que o ligam ao Golfo Pérsico (EUA, 2019).

Ressalta-se a importância do Estreito de Malaca por ser o maior *choque-point*<sup>21</sup> estratégico na Ásia e o segundo no mundo, atrás apenas de Ormuz. Para os Estados asiáticos, a

<sup>19</sup>..Segundo a OMC, as exportações chinesas no ano 2019 foram US\$ 2.499 bilhões. Disponível em: <<https://timeseries.wto.org/>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

<sup>20</sup>..Consumo chinês em 2019 foi de 507,2 milhões de toneladas, sendo os principais fornecedores o Oriente Médio (49%), a África (17%) e o Brasil (13,5%). Disponível em: <<https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>>. Acesso em: 25 maio 2020.

<sup>21</sup>..Canais estreitos que conectam duas massas de água ao longo de rotas de navegação amplamente usadas.

segurança desse Estreito é vital para garantia do desenvolvimento, considerando que nele convergem mais de um terço do comércio mundial de petróleo cru, apresentada graficamente no ANEXO B, sendo a China o principal consumidor.<sup>22</sup>

Nesse contexto, uma mudança de rota levaria a uma elevação dos custos de frete marítimo, que poderia se manifestar nos preços de mercadorias e hidrocarbonetos e, por consequência, afetar as suas indústrias. De acordo com Duarte (2013), uma obstrução dos estreitos levaria a um aumento de 15 dias na navegação ao desviar as rotas pelo litoral da Austrália.

A China entende que diante uma crise internacional, o bloco de Malaca, e os outros estreitos seriam um dos principais objetivos estratégicos do inimigo, na busca por sua desestabilização e isolamento econômico. Portanto, procurou opções para ampliar a entrada no país de fontes de energia, construindo em 2017 o oleoduto China-Mianmar, uma alternativa que evita o trânsito do petróleo pelo MCM até os mercados asiáticos<sup>23</sup>.

Em resumo, a dependência energética chinesa está aumentando à medida que crescem suas aspirações hegemônicas. A construção e modernização de unidades navais fazem parte da estratégia do governo de defender seus interesses marítimos. Explorar as áreas marítimas com plena liberdade e negar seu uso a agentes externos que buscam afetar o equilíbrio econômico do país são tarefas essenciais da PLAN.

Os estreitos de Malaca, principalmente, e Lombok são rotas chave para seu comércio e o atendimento de suas necessidades com petróleo. Essas áreas estão em poder de nações que mantêm controvérsias territoriais, como Indonésia, Malásia e Cingapura, originando sua preocupação ante um bloqueio.

<sup>22</sup> 15 milhões de barris por dia (b/d) transita por Malaca, dos quais a China consome 42%. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=36952>>. Acesso em: 26 maio 2020.

<sup>23</sup> China importou 10,8 milhões de toneladas de petróleo bruto e 3,4 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural em 2019. Disponível em: <[http://www.xinhuanet.com/english/2020-01/14/c\\_138704469.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2020-01/14/c_138704469.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2020.

### 3.2 A posição estratégica do Mar da China Meridional

Considerado o maior mar do mundo, com cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados, encontra-se localizado em uma das principais rotas de transporte marítimo do mundo. Descrita por Kaplan (2014) como a garganta dos oceanos Pacífico e Índico, onde as rotas marítimas globais convergem. De acordo com o relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso estadunidense (CRS), estima-se que US\$ 5,3 trilhões em comércio transitam anualmente por este mar, incluindo suprimentos de energia dos EUA, Japão e Coreia do Sul.

Conforme analisado, os possíveis depósitos de petróleo no MCM têm grande relevância estratégica e econômica para a RPC, em sua necessidade imperiosa de encontrar novas fontes de energia. Entretanto, o MCM contém cerca de 11 bilhões de barris de petróleo classificados como reservas provadas e 190 trilhões de pés cúbicos de gás natural (EUA, 2013). A preocupação chinesa em acessar essas reservas se deve a possibilidade da cobertura substancial de suas necessidades de energéticas, deixando de depender, excessivamente, de fontes externas no futuro.

Dando continuidade, o cenário de reivindicações territoriais existentes no MCM e as contínuas explorações de hidrocarbonetos põem em risco a estabilidade na região. O crescimento econômico chinês exige-lhe uma maior demanda e dependência por esses recursos energéticos para manter os elevados níveis de produção industrial, motivo pelo qual a China justifica a modernização de suas Forças Armadas e o desenvolvimento de armamento com tecnologia própria para defender sua soberania sobre os territórios imersos sob a *Nine-Dash Line*,<sup>24</sup> onde estão incluídas dos arquipélagos Paracel e Spratly, além do banco Macclesfield e os recifes de Scarborough, podemos visualizar no (ANEXO C).

<sup>24</sup> Linha dos Nove Traços (tradução nossa). Inicialmente consistida de 11 traços, já na década de 1950 dois traços foram removidos para contornar o Golfo de Tonquim como um gesto aos comunistas do Vietnã do Norte.

Nesse contexto, a situação geopolítica no MCM foi descrita por meio de um relatório do Departamento de Defesa dos EUA, concluindo que:

“O MCM desempenha um papel importante considerando a segurança no leste da Ásia, porque o nordeste asiático depende fortemente do fluxo de petróleo e comércio por suas rotas marítimas, incluindo mais de 80% do petróleo bruto do Japão, Coreia do Sul e Taiwan. A China reivindica soberania sobre os grupos das ilhas Spratly e Paracel e outras características da terra dentro de sua autoproclamada ‘linha dos nove traços’ - reivindicações disputadas total ou parcialmente por Brunei, Filipinas, Malásia e Vietnã.” [além disso], “a China depende de LCM, como o MCM e o Estreito de Malaca, para a maioria de suas entregas de hidrocarbonetos. Em 2018, aproximadamente 78% das importações de petróleo da China e 16% das importações de gás natural transitaram no Mar da China Meridional e no Estreito de Malaca.” (EUA, 2019, p. 7:12<sup>25</sup>).

Enquanto isso, no que diz respeito às recentes diferenças territoriais, foi apresentado um pedido unilateral ao Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia (PCA), pelo governo das Filipinas contra a RPC, em 22 de janeiro de 2013, para resolver a controvérsia causada pelas ocupações nas Ilhas Spratly. Em julho de 2016, o Tribunal decidiu contra a RPC, concluindo que não possui base legal para reivindicar direitos históricos dentro da linha dos nove traços, além de ter violado os direitos soberanos filipinos em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE).<sup>26</sup>

Tal decisão foi ignorada e considerada inválida por Beijing por meio de uma declaração oficial no mesmo dia da publicação do parecer da Corte<sup>27</sup>, que, decidiu aumentar ainda mais sua presença naval na zona reivindicada, aplicando restrições de pesca e exploração de recursos, deixando clara a intenção de ignorar qualquer disputa legal de suas reivindicações. Além disso, como exemplo do exercício da soberania em Spratly, a China realizou a construção

<sup>25</sup> No original: “*The South China Sea plays an important role in security considerations across East Asia because Northeast Asia relies heavily on the flow of oil and commerce through South China Sea shipping lanes, including more than 80 percent of the crude oil to Japan, South Korea, and Taiwan. China claims sovereignty over the Spratly and Paracel Island groups and other land features within its self-proclaimed ‘nine-dash line’ – claims disputed in whole or part by Brunei, the Philippines, Malaysia, and Vietnam.*” [furthermore] “*China relies on SLOCs such as the South China Sea and Strait of Malacca for the majority of its hydrocarbon deliveries. In 2018, approximately 78 percent of China’s oil imports and 16 percent of natural gas imports transited the South China Sea and Strait of Malacca*”

<sup>26</sup> Arbitragem entre a China e Filipinas. Caso N° 2013-19. Disponível em: <<https://Pca-Cpa.Org/Es/Cases/7/>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

<sup>27</sup> Declaração do Ministério das Relações Exteriores da RPC sobre a sentença do Tribunal Arbitral. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/nanhai/eng/snhwtlclwj\\_1/t1379492.htm](https://www.fmprc.gov.cn/nanhai/eng/snhwtlclwj_1/t1379492.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2020.



de grandes edifícios, como hangares, instalações portuárias e um aeródromo de aproximadamente três quilômetros de comprimento (EUA, 2019).

A importância para a RPC de possuir a soberania sobre as Ilhas Spratly radica em controlar a região do Sudeste Asiático, devido à sua posição central no MCM, oferecendo uma vantagem estratégica de segurança às suas LCM. Além disso, sua militarização na ilha Woody em 1990, permitiu a construção de uma pista de pouso que pode acomodar aeronaves de combate e um porto com capacidade de atracação para navios de até 5.000 toneladas (ROBINSON, 2013).

Para concluir, a importância geoestratégica e os combustíveis fósseis dos territórios localizados dentro da Linha dos Nove Traços, forçará a China a exercer seu poder militar à custa de possíveis sanções ou intervenções internacionais que possam implicar tais ações, a fim de possuir o controle necessário de suas LCM estratégicas e o aproveitamento das fontes de energia existentes, além de deslocar a hegemonia regional dos EUA que perdura há décadas.

### **3.3 A potencial ameaça de Taiwan**

As relações entre os EUA e Taiwan não são oficiais desde 1979, após o estabelecimento de relações diplomáticas com a RPC durante o governo do ex-presidente Carter. Após quarenta anos, esta posição parece ter mudado de rumo durante o atual governo, que por meio de um claro gesto de provocação à China para neutralizar suas aspirações hegemônicas na região, anunciou a aprovação da venda de armas e aviões de combate a Taiwan por um valor de US \$ 8 bilhões.<sup>28</sup>

Outra incitação política que confirma a posição estadunidense em conter as aspirações chinesas na região asiática, foi desenvolvida em 5 de março de 2020, quando a

---

<sup>28</sup> A venda de 66 aviões F-16s seria a maior transação individual de armas entre os EUA e Taiwan. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/08/16/world/asia/taiwan-f16.html>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade a “Lei de Iniciativa Internacional de Proteção e Melhoria dos Aliados de Taiwan”,<sup>29</sup> que visa apoiar a presença internacional na ilha de diferentes organizações internacionais, incluindo a Organização das Nações Unidas (ONU). Tais ações provocativas de Washington são consideradas por Beijing como uma interferência em seus assuntos estatais, que buscam desestabilizar as relações e incitar movimentos de independência.

Taiwan é uma questão pendente de integridade territorial que tem suas origens no “Século da Humilhação Chinesa”<sup>30</sup>. A reunificação do país é um assunto de interesse nacional para a RPC, para isso utilizará a força necessária contra agentes estrangeiros ou rebeldes que busquem incentivar a independência de Taiwan (CHINA, 2019). Assim, conseguir sua anexação pode ser considerado um prêmio que consolidaria a identificação da população com o PCCh, bem como um duro golpe contra a hegemonia dos EUA na região; enquanto não retornar significaria uma humilhação para Beijing, com possíveis afetações na credibilidade do regime chinês (DUARTE, 2013).

Sua importância reside em ser uma área essencial para o trânsito de rotas marítimas do Nordeste ao Sudeste Asiático, além de ser a rota comercial do Pacífico ocidental para dirigir-se ao Oriente Médio, Europa e Ásia (GUANGQIAN e YOUZHI, 2005). Sua localização central, em frente às províncias costeiras da China e às ilhas que cercam o Pacífico ocidental, converte-se em uma área propícia à estratégia militar chinesa, permitindo à PLAN uma saída com menos restrições às águas azuis do Pacífico por ter uma maior presença naval, além de controlar, proteger e defender suas LCM contra potenciais ameaças. Segundo Wachman (2007), ao

<sup>29</sup> Conhecida como a “Lei Taipei”, exige aos EUA reduzir seus compromissos econômicos, de segurança e diplomáticos com os Estados que adotam medidas sérias ou significativas para minar Taiwan. Disponível em: <h-congress/senate-bill/1678/text>. Acesso em: 18 jun. 2020.

<sup>30</sup> Refere-se ao estágio entre os anos de 1839 e 1949, no qual a China passou por duas guerras do ópio: a primeira contra a Grã-Bretanha (1839-1842) e a segunda contra a Grã-Bretanha e da França, apoiadas pelos EUA e Rússia (1858). Além disso, a Guerra Sino-Japonesa (1894), na qual a China assinou a independência da Coreia e cedeu ao Japão os territórios de Manchúria, as ilhas de Formosa e os Pescadores.

dominar Taiwan, Beijing poderia controlar as águas costeiras que são utilizadas pelos EUA para contestar sua expansão.

Para Guangqian e Youzhi (2005), com o distanciamento de Taiwan, o sistema de defesa marítima natural da China perderia profundidade, abrindo uma porta marítima para forças externas, mas também uma grande área do mar cairia nas mãos de outros. Essa partida restringiria a capacidade da China de projetar seu poder para o Pacífico, permitiria que outros atores se localizassem perto de suas margens, além de gerar maiores ameaças às suas LCM, deixando-as fechadas do lado oeste da primeira cadeia de ilhas. Por outro lado, o controle da ilha permitiria à PLAN mover seu perímetro defensivo marítimo para o mar e melhorar a capacidade da RPC de influenciar nas LCM da região (EUA, 2004).

Beijing se recusa a descartar a possibilidade de usar a força militar contra Taipei, ao considerar o caminho diplomático o melhor meio para a reunificação. A China considera os taiwaneses como compatriotas e busca sua anexação pacificamente, exceto as forças externas e agentes separatistas (CHINA, 2019).

Por outro lado, no caso que o governo da ilha ultrapassar qualquer um dos limites permissíveis pela RPC, a frota chinesa de submarinos teria um papel fundamental no bloqueio do comércio da ilha e no atraso de qualquer abordagem por uma força externa, na tentativa de isolá-lo de suas fontes de energia e minar sua economia, forçando sua rendição. Para o Almirante da USN<sup>31</sup> Michael McDevitt, os submarinos são a arma essencial da estratégia marítima chinesa para agir contra qualquer tentativa de bloquear Taiwan e atrasar ou confrontar o grupo de batalha da USN (McDEVITT, 2000).

Portanto, a PLAN utilizaria seus submarinos como um instrumento de persuasão e potencial desestabilizador diante de uma crise futura para forçar a unificação chinesa. Enquanto isso, Taiwan não possui uma Força Naval para enfrentar à PLAN em caso de crise. Sua

---

<sup>31</sup> United States Navy (Marinha dos Estados Unidos, tradução nossa).

estratégia poderia se basear no apoio de aliados como EUA, Japão, Coreia do Sul e Austrália, Estados com bases relativamente próximas para fornecer ajuda imediata em caso de uma tentativa de invasão anfíbia ou bloqueio submarino.

Diante dessa situação, a estratégia chinesa seria romper ou contornar as defesas costeiras: estabelecer e construir uma cabeça de praia para uma invasão anfíbia em larga escala; transportar pessoal e material para os locais de desembarque designados no norte ou sul ao largo da costa oeste de Taiwan, com o apoio de sua força aérea e marítima; e lançar ataques para capturar e ocupar alvos importantes ou toda a ilha (O'ROURKE, 2020).

Tais atos trariam consigo um risco político considerável que deveria ser analisado pela RPC, fato que sustentaria uma intervenção militar internacional liderada pelos EUA com apoio de seus aliados e alguns dos Estados que enfrentam discrepâncias territoriais com a China, participando militar ou logisticamente. Enquanto isso, Taiwan poderia ser vista como uma “vítima”, o que justificaria sua independência pelas organizações internacionais como a ONU.

Concluindo, o cenário propício para um confronto entre os EUA e a China seria a disputa por Taiwan e o controle dos territórios dentro do MCM. Nesse contexto, a operação “Liberdade de Navegação”<sup>32</sup> nessa área marítima e as recentes demonstrações políticas que Washington executa, vêm contribuindo para que Beijing utilize medidas mais coercitivas para conter a influência estadunidense em um território marítimo que reivindica. Além disso, a RPC não renuncia ao uso da força diante de qualquer interferência estrangeira que não permita sua reunificação. Portanto, o aumento das tensões aumentará à medida que a China acumular mais poder econômico e militar para enfrentar aos EUA e aliados, o que poderia levar a uma escalada nuclear.

---

<sup>32</sup> Conhecido como FONOPS (*Freedom of Navigation Operations*), são exercícios realizados para demonstrar a liberdade de navegação fora do limite de 12 mn das águas territoriais de um Estado signatário da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), demonstrando o direito de passagem inocente.

### 3.4 As possíveis repercussões para o Brasil e o Peru

Os Estados asiáticos representam um mercado rentável para o crescimento econômico do Brasil e Peru, especialmente a China por ser o maior parceiro comercial para ambos. A crescente demanda chinesa pelos produtos *commodities* primários tais como os agrícolas, combustíveis e minerais, influenciou no desenvolvimento econômico dos Estados sul-americanos.

Enquanto, o comércio entre o Brasil e o Sudeste Asiático representam 32% de suas exportações, sendo o principal cliente a RPC com 60% delas. Os principais produtos brasileiros exportados são a soja, petróleo cru e ferro. Enquanto as importações procedentes de Estados banhados por águas do MCM representaram 23%, abrangendo a China, 75% delas.<sup>33</sup>

Ao mesmo tempo, o Brasil se encontra posicionado como o maior exportador de soja e segundo em ferro, a nível mundial, sendo novamente seu principal parceiro a China. As tarifas chinesas impostas aos EUA com relação a produtos agrícolas favoreceram ao Brasil, gerando uma balança comercial de US\$ 30 bilhões em 2018, quando iniciou a guerra mercantil (PASSARINHO, 2019). Além disso, evidencia-se a cooperação bilateral por meio de estratégias comerciais e políticas estabelecidas por ambos governos, tais como o “Plano de Ação Conjunta” que tem por objetivo o promover projetos-chaves em ciência, tecnologia e inovação; cooperação econômica, cultural, educacional e comercial. Assim, é preciso ressaltar o relacionamento no âmbito dos *BRICS*,<sup>34</sup> que busca a cooperação setorial em diferentes áreas, como ciência e tecnologia, promoção comercial, energia, saúde, educação, inovação e combate a crimes transnacionais.

<sup>33</sup> Em 2018, as exportações ao asiáticas foram de US\$107 bilhões, sendo o principal produto a soja com US\$33,2 bilhões. Entanto, as importações foram de US\$61,6 bilhões, sendo o maior produto o petróleo refinado com US\$11,7 bilhões. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/chn>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

<sup>34</sup> Sigla formada pelo agrupamento dos cinco grandes países emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Por outro lado, o comércio entre o Peru e os Estados do Sudeste Asiático representam 45% de suas exportações, sendo o principal comprador a China, com 60% delas. Os principais produtos exportados são cobre, ouro e zinco. As importações procedentes de Estados da região representam 26%, abarcando a China 85% delas.<sup>35</sup>

Além do mais, o Peru está posicionado como segundo produtor mundial de zinco, prata e cobre, sendo este seu principal produto exportado, representando 15,5% da produção mundial. Peru e o Chile são os principais fornecedores da China, que precisa do mineral para proporcionar uma energia mais limpa do que carvão e petróleo, além de ser um insumo essencial em sua indústria manufatureira.

A importância do Peru para o continente asiático radica principalmente em sua localização estratégica que “mira” à Ásia. Evidência disso é a construção do Porto de “Chancay” pela empresa chinesa *Cosco Shipping Ports*, com capacidade de receber os navios Triple E, considerados os maiores cargueiros do mundo, que possuem 400 metros de comprimento, 59 metros de largura e 73 metros de altura, projetando-se como um *Hub Port*<sup>36</sup> e distribuidor de cargas de transbordo da Ásia para os países da costa oeste da América do Sul.

Em conclusão, o crescimento acelerado da economia chinês e suas constantes demandas por importar produtos *commodities*, tiveram efeitos positivos no desenvolvimento do Brasil e Peru no século XXI. Assim, o Sudeste Asiático apresenta um importante mercado para os interesses econômicos de ambos Estados. No entanto, uma crise nessa zona e em consequente, a possibilidade que ocorra algum bloqueio nos estreitos que comunicam os oceanos com o MCM, afetaria consideravelmente o comércio Sul-americano diante de uma queda em seus PIB e sua necessidade de conseguir novos parceiros.

<sup>35</sup> Em 2018, as exportações asiáticas foram de US\$22,1 bilhões, sendo o principal produto o cobre com US\$13 bilhões. Entanto, as importações foram de US\$14,4 bilhões, sendo o maior produto o petróleo refinado com US\$3,54 bilhões. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/chn>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

<sup>36</sup> Consiste em um “porto concentrador” de cargas e de linhas de navegação, que busca concentrar rotas e reduzir o número de escalas adotadas pelas principais companhias marítimas.

#### 4 O SUBMARINO CONVENCIONAL

A arma submarina experimentou uma rápida evolução desde o seu surgimento no final do século XIX. Esses avanços originaram-se da necessidade de superar o adversário para disputar rotas marítimas e proteger águas costeiras. Com a passagem das duas Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945) e depois da Guerra Fria, o submarino precisou ser atualizado, enfatizando em suas capacidades inatas como a surpresa, sigilo e letalidade de suas armas.

No decorrer dos anos, o almirante alemão Karl Doenitz (1997) afirmava que apenas o submarino seria capaz de permanecer por um período de tempo e lutar em áreas marítimas onde o inimigo dominava. Embora o submarino não pudesse garantir o comando do mar, Doenitz acreditava que na Segunda Guerra Mundial ele demonstrou claramente seu potencial para ser uma arma decisiva do poder marítimo (HOWARTH, 2006).

Conforme o submarino ocupava um lugar cada vez de maior relevância na estratégia naval, as esquadras modernas precisavam dele para o cumprimento de suas missões. Portanto, de acordo com Coutau-Bégarie (2010, p. 479-480), uma esquadra precisa possuir uma “Força de Dissuasão” composta exclusivamente de submarinos e uma “Força Costeira,” baseada por submarinos convencionais<sup>37</sup> que são ideais para operações em águas rasas.

Percebe-se como os submarinos são instrumentos essenciais do PN para contribuir com a dissuasão<sup>38</sup> e negar o uso do mar ao inimigo. Por isso, o SSK submerso em áreas próximas à costa e camuflado com o tráfico marítimo, originam um elevado nível de incerteza e mobilização de meios do adversário em sua procura para localizá-lo. Como casuística, temos a Guerra das Malvinas (1982), que evidenciou como um solitário SSK argentino gerou várias ações de antissubmarinos e incerteza nas operações britânicas para sua caça.

---

<sup>37</sup> Submarino de Ataque com Propulsão Diesel (SSK)

<sup>38</sup> TBPN que consiste em utilizar meios de qualquer natureza, inclusive militares para evadir adversários reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos (BRASIL, 2017).

Desse modo, pode-se observar que o SSK é a arma de emprego estratégico, ideal para marinhas com uma força naval menos poderosa, com capacidade de operar em mares dominados pelo adversário de forma longa e independente, gerando um desgaste econômico e moral. Sua mera presença ou suposição mínima de existência, motiva um grande impacto no planejamento operacional do inimigo.

De acordo com Shen *et al.* (1998), estrategistas navais chineses do Instituto de Pesquisa do Exército chinês, concluem que a aplicação da tecnologia da informação no futuro tornará o campo de batalha marítimo mais complexo para os navios de superfície e aeronaves, mas com um efeito muito menor para os submarinos, afirmando que:

“[...] os submarinos são mais difíceis de rastrear [do que aeronaves e navios de superfície]. Os submarinos podem cumprir tarefas de combate e atacar alvos terrestres de acordo com as informações obtidas no posto de comando enquanto mantem o movimento oculto, e podem mover-se debaixo da água por um longo tempo sem serem descobertos. A perspectiva de usar submarinos é boa, devido à sua dissimulação e poder. Mesmo sem atacar alvos, os submarinos são ameaças existentes em qualquer lugar e a qualquer momento (SHEN *et al.*, 1998, p. 277, tradução nossa<sup>39</sup>).

Neste capítulo, serão apresentadas a evolução do SSK de acordo com a história e as perspectivas para o futuro asiático. Logo, determinar-se-ão as vantagens e restrições que possui um SSK em relação a um submarino com propulsão nuclear (SSN). Finalmente, será exposta a estrutura e o poderio dos SSK chineses.

#### 4.1 Sua evolução e perspectivas

Ao longo dos anos, o desenho e as capacidades do submarino foram mudando e se adaptando aos requisitos operacionais da época. Uma das primeiras mudanças substanciais foi sua nomenclatura, passou de “submersível” ou submerso por tempo limitado, para se aproximar

<sup>39</sup> No original: “[...] *submarines are more difficult to track [than aircraft and surface ships]. Submarines can fulfil combat tasks and attack land targets according to information obtained from the command post while keeping their movement concealed, and they can move under water for a long time without being discovered. The prospect for using submarines is good, because of their covertness and power. Even without attacking targets, submarines are menaces existing anywhere at any time.*”



do alvo e executar um disparo de torpedo ou fugir de um ataque inimigo. Se tornou submarino graças à otimização do esnórquel no final da Segunda Guerra Mundial, concedendo uma maior liberdade para operar com segurança no fundo do mar, sendo necessário retornar à superfície quando realiza manobras de entrada e saída do porto.

Posteriormente, para fazê-los menos detectáveis ao sonar, um de seus principais inimigos conjuntamente com a ameaça aérea, foi necessário torná-los mais resistentes à pressão do mar, acrescentando profundidade máxima de operação. Essas características foram possíveis empregando determinados tipos de aço que permitiram resistir a pressões superiores a 25 bar.<sup>40</sup>

Prosseguindo, a evolução do periscópio foi chave para diminuir sua Taxa de Indiscrição do Submarino (TIS).<sup>41</sup> Atualmente, esses sensores podem incorporar equipamentos de Medidas de Apoio à Guerra Eletrônica<sup>42</sup> ou GPS, provendo um alerta precoce contra emissões de radar, além de fornecer uma posição para o submarino sem a necessidade de expor outro mastro. Além disso, o aparecimento de periscópios optrônicos permitiram aos submarinos gravar e analisar imagens, inclusive com visão noturna, de maneira mais eficaz em menos tempo do que o olho humano, podendo ser entrelaçado com outros sensores e permitindo a identificação de um contato à noite.

Continuando com os avanços que mudaram a letalidade do submarino, encontrasse o sonar,<sup>43</sup> que é o sensor por excelência do submarino, no qual são processados os sinais acústicos do ruído gerado pelas hélices ou por algumas máquinas. Por meio de cálculos matemáticos permitirão obter dados como rumo, velocidade e distância de um contato. Os projetos atuais incluem sonares rebocados que proporciona coberturas de 360° evitando interferências do ruído próprio, maiores detecções por sua capacidade de operar a baixas

<sup>40</sup> Unidade de pressão equivalente a aproximadamente 1,02 kg/cm<sup>2</sup> ou 10,2 metros de coluna de água (mca).

<sup>41</sup> Medida em porcentagem, determinado pela somatória do tempo empregado em períodos de esnórquel ou de exposição de mastros, dividido pelo tempo total de trânsito do submarino em imersão.

<sup>42</sup> Sensor que permite detectar e classificar emissões de radares (MAGE).

<sup>43</sup> *Sound Navigation and Ranging*.

frequências e sistemas de análise *Low Frequency Analysis and Recording (LOFAR)*<sup>44</sup> e *Detection Envelope Modulation On Noise (DEMON)*.<sup>45</sup>

Em relação a seu armamento, o alcance do torpedo e a incapacidade de repelir um ataque aéreo foram reduzidos ao longo do tempo. Nesse contexto, a China desenvolveu o míssil YJ-18 com alcance de 290 milhas náuticas (mn) e atualmente instalado nos SSKs das classes “Song” e “Yuan” (EUA, 2019). Tal míssil antinavio de longo alcance pode ser disparado por meio do sistema lançador de torpedos, além de possuir uma velocidade variável de 0,8 mach<sup>46</sup> durante a maior parte de sua trajetória, até 3 mach quando estiver a 20 km do alvo (GOLDSTEIN, 2015). A característica essencial desse armamento é que pode ser disparado em imersão, deixando fora qualquer contra-ataque do inimigo ante a surpresa que resulta por desconhecer por quem e de onde foi realizado o disparo.

Finalmente, outra tecnologia inovadora foi o desenvolvimento das plantas de “Propulsão Independente do Ar” (AIP)<sup>47</sup>. O sistema fornece uma fonte de energia diferente de uma bateria ou motor diesel enquanto está submerso, permitindo uma maior permanência do SSK debaixo da água e uma redução em sua vulnerabilidade à detecção (EUA, 2015).

A Suécia foi pioneira nessa tecnologia em 1989 com seus motores *Stirling*<sup>48</sup> instalados em seus SSKs, da classe Gotland. O sucesso de seu projeto gerou o interesse de diferentes empresas no desenvolvimento de seu próprio sistema, como o francês MESMA (*Module d’Energie Sous-Marin Autonome*),<sup>49</sup> as *Fuel Cell*<sup>50</sup> alemãs, entre outros.

<sup>44</sup> Análise baseado no ruído emitido pela hélice do alvo, proporcionando o número de pás, velocidade e frequência de rotação (NIELSEN, 1991).

<sup>45</sup> Análise baseado na vibração do ruído emitido pelas máquinas do alvo (WAITE, 2003).

<sup>46</sup> Medição de velocidade com base na velocidade do som (1 mach = 1.225 km/h).

<sup>47</sup> No original: *Air Independent Propulsion*.

<sup>48</sup> Converte energia térmica em trabalho mecânico, através da compressão e expansão do hélio, cujo trabalho é acoplado a um gerador de corrente alternada que, após sua retificação, pode carregar uma bateria ou acionar diretamente um motor. Em uso pelos SSKs da Suécia, China, Cingapura e Japão.

<sup>49</sup> Módulo Autônomo de energia submarina (tradução nossa). Consiste em uma turbina convencional alimentada pelo vapor gerado pela combustão de etanol (a partir de trigo) e oxigênio armazenado sob pressão, logo, o CO2 gerado pela combustão é expelido do navio.

<sup>50</sup> Células de Combustível (tradução nossa). Consiste na produção de energia por meio do processo reverso de eletrólise da água, misturando hidrogênio e oxigênio que gera eletricidade e água. Tecnologia desenvolvida e montado por Marinhas de Estados como Alemanha, Itália, Grécia, Coreia do Sul, Paquistão, Israel e Turquia.

No entanto, a verdadeira vencedora neste campo foi a tecnologia de células de combustível, implementada por vários Estados, em que um SSK alemão estabeleceu um recorde mundial ao permanecer 18 dias em imersão sem esnórquel (KHANNA, 2019).

Nos últimos anos, o mercado asiático tem sido o principal cliente dos SSKs. Segundo Tan (2014), a segurança nacional é um dos principais motivos que impulsionam a demanda por submarinos na Ásia. Dessa forma, a China continuará com sua produção de submarinos em linha para fazer a diferença na região do Pacífico ocidental.

De acordo com Goldstein e Murray (2004 citado por HOWARTH, 2006), os submarinos estão emergindo como a peça central chinesa em sua procura por controlar o litoral do leste asiático. Nesse cenário, os Estados do Sudeste Asiático que mantêm controvérsias territoriais com a China no MCM, com a finalidade de negar o uso do mar à China, estão gerenciando a aquisição da SSK para reduzir a brecha militar existente.

Assim, a Cingapura recebeu em 2019 o primeiro dos quatro SSKs, Tipo 218SG de fabricação alemã equipados com o sistema AIP, estimando-se a chegada do último em 2024.<sup>51</sup> Enquanto isso, a Indonésia assinou um contrato em 2019 com a empresa sul-coreana *Daewoo Shipbuilding & Marine Engineering (DSME)* para a aquisição de três SSK Tipo 209/1400 com capacidade ASCM.<sup>52</sup>

Enquanto ao Vietnã, concluiu a compra de seis SSKs classe Kilo, de procedência russa equipados com sistemas AIP e mísseis *Kalibr*<sup>53</sup>. Nessa perspectiva, segundo a companhia *Ami International*,<sup>54</sup> espera-se que os Estados asiáticos comprem 111 submarinos até 2030 (Kaplan, 2014).

<sup>51</sup> Disponível em: <<https://www.straitstimes.com/singapore/singapores-first-type-218sg-submarine-launched-in-germany-named-invincible>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

<sup>52</sup> Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2019/01/21/indonesia-negocia-mais-tres-submarinos-type-209-1400/>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

<sup>53</sup> Disponível em: <<https://thediplomat.com/2016/02/vietnam-gets-fifth-submarine-from-russia/>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

<sup>54</sup> Empresa especializada em análise de mercado naval.

Por outro lado, a Tailândia, que não possui discrepância territorial com a RPC, aprovou a aquisição de três SSKs chineses equipados com o sistema AIP.<sup>55</sup> Além disso, encontra-se localizado perto do Estreito de Malaca, principal rota marítima do comércio chinês, de modo que este contrato poderia trazer conotações geoestratégicas nas aspirações da RPC de ter uma maior presença naval n estreito mencionado. Segundo Fanell (2019), a PLAN provavelmente supervisionará uma estação submarina na base naval de “Sattahip”, impedindo à USN de possuir uma posição estratégica no golfo de Tailândia.

Em conclusão, os avanços tecnológicos implementados nos SSKs permitiram reduzir consideravelmente sua TIS e aumentar sua resistência sob a água, mantendo o sigilo de seus movimentos e a surpresa de seus ataques. Além disso, a letalidade acrescentada às suas armas permite-lhe efetuar disparos ASCM a distâncias fora do alcance dos sensores inimigos ou em áreas sob domínio dele.

Tais avanços permitem mitigar as limitações por mobilidade, como do SSK, operando a distâncias sem arriscar sua segurança, encontrando menos oposição às tarefas atribuídas. A tendência de adquirir um SSK na Ásia mostra para o futuro um cenário de tensões e a negação do uso do mar será uma das principais tarefas das marinhas da região.

#### **4.2 Vantagens e restrições**

Existe um desequilíbrio estratégico e uma vantagem operacional em favor do Estado que possui um submarino em detrimento de outro que não possui esse tipo de arma de combate. Na ausência dele, a tarefa de negar o controle inimigo do mar para proteger suas LCM será praticamente nula. O submarino fornece um ingrediente psicológico essencial para impedir ou convencer as ameaças em potencial a transgredir as áreas marítimas de interesse.

---

<sup>55</sup> Disponível em: <<https://thediplomat.com/2019/09/china-thailand-submarine-deal-in-the-headlines-with-keel-laying-ceremony/>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

A capacidade do submarino de realizar operações ofensivas ou defensivas, isoladamente em áreas onde o adversário exerce maior controle do mar, a um custo e risco menor do que uma frota composta por grandes unidades de superfície, tornam atraente no nível político orientar seus esforços na aquisição destas armas para atingir seus objetivos nacionais.

No entanto, a escolha para decidir sobre a compra ou construção de um SSN dependerá de sua capacidade aquisitiva para desenvolvê-lo ou mantê-lo. Atualmente, apenas os cinco Estados membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) têm capacidade para produzir submarinos nucleares.<sup>56</sup> Além deles, a Índia é um dos Estados que possui um SSN alugado à Rússia desde 2012, e outra unidade por chegar em 2025 cujo aluguel por dez anos teve um valor de três bilhões de dólares.<sup>57</sup> Por outro lado, está o Brasil, construindo seu próprio SSN em colaboração com a empresa francesa DCNS,<sup>58</sup> tornando-se no final da década o primeiro Estado do hemisfério sul a possuir esta tecnologia.

No passado, as águas azuis foram o cenário ideal para o desenvolvimento da guerra naval. Nesse contexto, os SSNs têm a capacidade e a missão de se projetar no mar para executar tarefas estratégicas de proteção de LCM estratégicas ou atacar alvos distantes, graças a seu equipamento balístico e a sua autonomia para mobilizar-se em zonas afastadas da costa. Em operações próximas à costa e águas rasas, sua capacidade de manobra é restrita devido ao seu tamanho, que às vezes triplica em comparação com um SSK.

Além disso, o sigilo é uma das principais vantagens que têm os SSKs sobre os SSNs quando estão navegando com baterias em baixas velocidades, sendo praticamente imperceptíveis aos sonares. A vantagem de penetrar em águas costeiras rasas e até mesmo de pousar no fundo para economizar energia ou coletar informações, são tarefas que não podem

<sup>56</sup> Membros do CSNU: EUA, Reino Unido, França, China e Rússia.

<sup>57</sup> Disponível em: <<https://ionline.sapo.pt/artigo/649206/r-ssia-empresta-a-india-submarino-nuclear->>. Acesso em: 10 jul. 2020.

<sup>58</sup> Estima-se para finais 2029, o SN-BR passará por testes e provas de cais e de mar. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/prosub/projeto-e-construcao>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ser executadas por um SSN, devido à necessidade de manter as bombas de água localizadas na quilha para o resfriamento de sua planta nuclear operando as 24 horas. Portanto, a principal vantagem de um SSK está em seu potencial de ser muito mais silencioso do que um SSN, oferecendo um melhor desempenho em operações próximas a costa e em águas rasas.

Por outro lado, como restrições de um SSK, durante as cargas da bateria tem a necessidade de expor pelo menos um mastro além do esnórquel, sendo vulnerável às ameaças com capacidade de Guerra antissubmarino. Da mesma forma, sua mobilidade limitada para desenvolver altas velocidades para reposicionar-se ou acompanhar uma Força Tarefa para proteger um comboio o limita a executar tarefas em áreas reduzidas.

De acordo com o Howarth (2006), Os SSKs são mais eficientes do que os SSNs para operar em águas próximas à costa, afirmando a esse respeito:

As técnicas ASW desenvolvidas para águas profundas e a luta contra os submarinos de propulsão nuclear não são necessariamente adequadas para águas costeiras rasas, onde os submarinos diesel-elétricos representam uma ameaça imediata mais significativa, onde o ruído ambiental do tráfego marítimo costeiro, as marés e a vida marinha são mais fortes e numerosas, e onde as correntes oceânicas, salinidade e variações de temperatura são mais imprevisíveis (HOWARTH, 2006, p. 108, tradução nossa<sup>59</sup>).

Em conclusão, o MCM é ideal para o uso dos SSKs devido às características que possui de mar fechado, com a presença de arquipélagos e recifes que limitam sua profundidade e manobrabilidade, além do alto tráfego de navios que navegam diariamente por suas águas. Os SSKs estariam protegendo os portos chineses da chegada e partida das unidades comerciais e a PLAN, além dos estreitos que comunicam os oceanos do Pacífico e Índico com o MCM. Por outro lado, os SSNs chineses poderiam se posicionar longe das duas cadeias de ilhas para conter o acesso de forças externas ou realizar ataques a longas distâncias.

<sup>59</sup> No original: “ASW techniques developed for the deep ocean and countering nuclear-powered submarines are not necessarily well suited to shallow littoral waters where diesel-electric submarines pose a more significant immediate threat, where the ambient noise of coastal maritime traffic, waves and marine life are louder and more numerous, and where the sea currents, salinity and temperature variations are more unpredictable.”

### 4.3 Força de Submarinos e a sua importância para a PLAN

O esforço da PLAN de possuir uma força submarina líder e dissuasiva na Ásia começou na década de 1990, quando as reformas de Xiaoping começaram a ter efeito na economia chinesa. Com maior poder aquisitivo e uma economia em expansão, a preocupação do governo era proteger todo o território e os interesses nacionais. Assim, entre suas reformas políticas estava a necessidade de modernizar ao PLA. Nesse âmbito, para o cumprimento das tarefas atribuídas à PLAN, estava a de controlar as LCM estratégicas e negar o controle a potenciais ameaças. Então, sua preocupação pela renovação de submarinos obsoletos e antigos era um dos seus principais objetivos, que serão detalhados a frente.

A reestruturação começou nos anos 90 com a compra dos quatro primeiros SSKs classe “Kilo”, de fabricação russa. A parceria entre os dois Estados e o desempenho dos SSKs adquiridos levaram à ampliação do acordo militar, materializando-se com a chegada de oito SSKs adicionais da mesma classe, mas com a tecnologia AIP da linha sueca *Stirling* e equipados com mísseis ASCM SS-N-27 Sizzler, que têm um alcance de aproximadamente 120 mn.<sup>60</sup> O último submarino da classe “Kilo” chegou em 2006, completando os doze planejados. Segundo Holmes e Yoshihara (2008), os SSK classe “Kilo” são silenciosos e não detectados por sonares passivos, sendo um formidável oponente em uma possível guerra contra Taiwan.

Assim, a aquisição de SSKs pela China teve seu auge no início do século XXI. Conforme a Rússia desenvolvia o segundo lote da classe “Kilo”, a indústria naval chinesa alcançava níveis tecnológicos e produtivos acima dos padrões mundiais. Segundo Minnick (2013), a China tem o programa de aquisição e construção de submarinos convencionais mais agressivo do mundo.

<sup>60</sup> Disponível em: <<https://fas.org/irp/agency/oni/pla-navy.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

Portanto, sob a experiência dos primeiros submarinos “Kilo”, em 1999, começaram a ser projetados os SSKs chineses da classe “Song” (Tipo 039), que eram a versão moderna da classe “Ming”. De acordo com Murray (2007) os “Song” possuíam inovações da época como hélice de sete pás, motores diesel alemães e sonares digitais franceses. O primeiro “Song” teve alguns problemas iniciais de desenho, originando as alterações no projeto que foram incorporadas nos subsequentes Tipo 039G (O’ROURKE, 2011 *apud* SAUNDERS *et al.*,2011). Esses SSKs possuem capacidade de lançamento de mísseis ASCM SS-N-27 Sizzler e sistema de propulsão diesel-elétrico. Em 2006 foi concluída a construção do último dos treze “Song”.

Conforme o projeto submarino crescia, os estaleiros chineses adotavam novas tecnologias para sua linha de produção em série. Tais inovações são testemunho da capacidade tecnológica da China (HOLMES; YOSHIHARA, 2008). Uma manifestação tecnológica foi o projeto da classe “Yuan” (Tipo 041), que deu início em 2004 e foram equipados com sistema AIP e mísseis YJ-18 ASCM. O programa foi bem aceito pela PLAN que de acordo com o Departamento de Defesa dos EUA, se projeta uma frota de 20 “Yuan” para finais de 2020, além da renovação de unidades antigas com esses submarinos. Segundo relatórios, os últimos modelos construídos SSK da classe Yuan são mais silenciosos que o SSNs (KAPLAN, 2014).

Finalmente, as unidades mais antigas pertencentes à Força Submarina chinesa, eles são as classes “Romeo” (Tipo 033), construídos no período entre 1960 e 1980 e a evolução deles a classe “Ming” (Tipo 035), construídos entre 1971 e 2001. Esses SSKs de tecnologia russa não possuem capacidade ASCM nem sistema AIP. Então, a PLAN pode optar por substituí-los, usá-los como submarinos de mineração ou como chamarizes (O’ROURKE, 2011 *apud* SAUNDERS *et al.*,2011)

Segundo o Escritório de Inteligência Naval dos EUA (ONI), afirma que a China continuará desenvolvendo submarinos mais capazes, mas a uma taxa baixa, com o objetivo de substituir as unidades mais degradadas (O’ROURKE, 2020). A China, desde a chegada do



primeiro lote russo, adicionou ao seu inventário 45 SSKs equipados com ASCM, dos quais 28 unidades (62%) possuem o sistema AIP que permite o patrulhamento silencioso e por longos períodos de tempo. De acordo com um relatório do CRS, a PLAN possui uma frota de 55 submarinos convencionais em seu inventário, dos quais, 16 estão alocados ao Teatro Marítimo do Sudeste Asiático (O'ROURKE, 2020).

Em conclusão, a maioria das unidades submarinas desenvolvidas pela RPC são convencionais. A tendência de construir SSK com capacidade de propulsão AIP e equipados para transportar mísseis ASCM, demonstra a importância da Força Submarina para a estratégia de RPC. O número de unidades e o alcance de suas armas permitiriam à PLAN o cumprimento das tarefas básicas de negação do uso do mar e contribuição para a dissuasão. Além disso, evidencia-se a intensão chinesa de acrescentar sua presença submarina no MCM em concordância naval nesse mar, considerações que serão ampliadas no capítulo cinco.

## **5 O SUBMARINO CONVENCIONAL NA ESTRATÉGIA NAVAL DA CHINA**

Desenvolver abordagens reais da estratégia chinesa e como utilizaria seus SSKs ocorre com certa dificuldade devido à escassez de dados oficiais existentes. Nessa conjuntura, para fins de análise deste capítulo, esta pesquisa foi baseada no LBDN chinês, em relatórios de classificação não reservados do governo dos EUA e de literatura dos EUA e da China que serão referenciadas. Além disso, serão analisadas as seções precedentes, relacionadas aos conceitos de controle e negação do mar em um contexto de interesses geopolítico por dominar o Sudeste Asiático, bem como identificar e examinar como a China empregaria os submarinos de propulsão convencional na sua estratégia naval para proteger as linhas de comunicação marítimas que a conectam com o MCM, sendo conveniente para uma melhor compreensão descrever a influência das estratégias A2/AD e “Colar de Pérolas”, além dos objetivos e interesses traçados no Livro Branco de Defesa Nacional da RPC.

### **5.1 A influência da estratégia do “Colar de Pérolas” no Mar da China Meridional**

Conforme analisado no primeiro capítulo, os preceitos de Mahan em relação ao estabelecimento de certas posições geográficas para exercer um maior controle do mar se mantêm em vigor. Conforme visto, a necessidade chinesa de possuir os arquipélagos como Paracel e Spratly se fundamenta a partir da constituição de posições de alto valor militar, com o intuito de dominar as águas do MCM e os recursos ali existentes.

Segundo a tese de Mahan, controlar o Oceano Índico significaria dominar toda a Ásia. Tal argumento denota uma relação com os esforços da RPC para alcançar maior presença política e militar na região do Índico, considerando que o desenvolvimento econômico chinês se sustenta em seu comércio e essencialmente em suas fontes energéticas, dando suporte a sua

capacidade industrial e militar. Por isso, a China promove a construção de instalações logísticas no estrangeiro que sirvam de suporte às operações da PLA em sua tarefa por proteger os interesses chineses. (CHINA, 2019).

Nesse sentido, são tarefas fundamentais para a PLAN salvaguardar os estreitos como Malaca, Lombok ou Sunda que conectam o Índico com o MCM, áreas marítimas vitais onde transita o comércio chinês, principalmente as matérias primas, o gás e o petróleo.

Portanto, a estratégia “Colar de Pérolas” representa uma influência geopolítica ou militar que visa dar segurança desde o Mar da China Meridional até o Golfo de Arábia por meio do Oceano Índico (PEHRSON, 2006). Dessa forma, a RPC busca estabelecer relações diplomáticas estratégicas para se posicionar no Índico, que lhe permita a construção ou utilização de instalações aéreas, portuárias e qualquer tipo de suporte logístico que sirva de apoio para exercer uma presença militar de forma avançada e perene, na rota de suas LCM que enlaçam o Oriente Médio e a China.

Além disso, A China percebeu que deveria reduzir a hegemonia regional que a Índia possui no Oceano Índico, motivo pelo qual realizou investimentos portuários em Myanmar, Bangladesh, Sri Lanka e Maldivas, fortalecendo o suporte logístico junto ao PLA<sup>61</sup>. Além disso, entendeu que devia possuir uma estação naval própria em ultramar, com capacidade de abrigar seus porta-aviões, materializando, em 2017, com a construção de sua primeira base naval em Djibuti, por onde transitam aproximadamente 10% das exportações mundiais de petróleo até ao canal de Suez, além de oferecer um fácil acesso ao Golfo Persico, Península Arábica e ao Oceano Índico, outorgando à PLAN acompanhar de perto a origem do transito de seu principal produto de importação, o petróleo cru.

---

<sup>61</sup> A China ajudou a desenvolver instalações navais e portuárias em Bangladesh, Myanmar, Tailândia, Camboja e Gwadar no Paquistão. Disponível em: <<https://www.china-briefing.com/news/china%E2%80%99s-string-of-pearls-strategy/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Assim, são evidenciados os preceitos “mahanianos”, a partir do planejamento do governo chinês quanto a instalação de uma base naval no porto de Gwadar no Paquistão<sup>62</sup>, que complementaria a existente no Djibuti<sup>63</sup>, permitindo ao PLA uma presença permanente próxima ao estreito de Ormuz, principal *choque-point* do mundo. A relevância estratégica dessa base, se dá pela necessidade de assegurar que o petróleo chegue aos portos chineses, além de possibilitar o corte dos suprimentos a potenciais ameaças.

Por fim, o chamado “Colar de Pérolas” forma parte da estratégia naval chinesa pelo fato de possuir uma maior influência no Índico, por proteger seus recursos energéticos e matérias primas, que em sua maioria se encontram nesse oceano e ao se dirigir a ele por meio do MCM aos portos chineses. Tal estratégia se encontra alinhada aos seus objetivos de defesa em salvaguardar seus interesses marítimos. Para isso, o governo chinês continua aprofundando suas relações diplomáticas, que buscam posicionar o PLA em zonas estratégicas, longe da primeira cadeia de ilhas, assegurando o envio dos recursos necessários para seu desenvolvimento.

## **5.2 A relação entre as estratégias “Antiacesso/Negação de área” e “Defesa Ativa”**

A China formula em seu LBDN uma estratégia militar denominada “Defesa Ativa”, baseada em uma postura de não atacar, a menos que seja atacado. A atitude defensiva exposta não especifica se a motivação para desencadear uma resposta ao primeiro ataque será militar, dando opções para justificar uma posição ofensiva militar em face de agressão diplomática ou qualquer ataque tácito que ameace seus interesses.

---

<sup>62</sup> O valor estratégico de Gwadar é sua distância de 240 milhas ao Estreito de Ormuz (PEHRSON, 2006).

<sup>63</sup> Gwadar permitiria um intercâmbio comercial pela China sem necessidade de desviar-se pelo MCM, além de reforçar a presença militar do PLA no Oceano Índico.

Assim, o termo Defesa Ativa é descrito por Guangqian e Youzhi (2005) como a pedra angular da estratégia militar chinesa, que orienta as Forças Armadas a combater o inimigo, o mais longe possível de bases e áreas estratégicas. Portanto, o planejamento consistiria em levar a disputa fora do alcance das armas do adversário contra alvos de interesse próprio, como bases, LCM ou as mesmas forças.

O Departamento de Defesa dos EUA relacionou a terminologia de Defesa Ativa Chinesa como “Anti acesso e Negação de Área”, conhecida pelo acrônimo A2/AD. De acordo com o General da Força Aérea dos EUA, Alex Grynkewich (2017), descreve as capacidades “Anti acesso” (A2), como aquelas que negam o acesso de um adversário a bases logísticas ou a um Teatro de Operações, enquanto a capacidade “Negação de Área” (AD) visa criar uma barreira impenetrável sobre os principais ativos, negando à força a capacidade de operar em uma área protegida, uma vez que ela obtém acesso ao teatro.

Assim, entre os elementos fundamentais de uma estratégia de A2/AD estão a percepção da superioridade de um oponente e a primazia da geografia, como elementos que mais influem no tempo e facilita o desgaste no combate do oponente (TANGREDI, 2018).

Nesse contexto, a China assume uma posição de menor força perante um oponente de alto poder como os EUA. Com isso, justifica que a renovação tecnológica de suas forças armadas seja compatível com seu crescimento econômico acelerado. A China planeja terminar sua transformação militar em 2035 e estima se tornar uma referência de classe mundial na celebração do centenário da fundação da RPC, em 2049 (CHINA, 2019).

Além disso, a RPC considera que possuir estações logísticas que suportem as operações navais, acrescentam o sucesso das tarefas atribuídas a uma frota. Nesse sentido, a existência de uma empresa estatal dedicada ao negócio de serviços portuários, como a *China Ocean Shipping Company* (COSCO), permite à PLA favorecer suas estruturas de apoio ao longo dos oceanos Pacífico e Índico (McDEVITT, 2016). Consequentemente, a estratégia do

“Colar de Pérolas” implementada por Beijing, que visa construir ou utilizar instalações navais e aéreas para o apoio logístico de suas unidades, quando for operar em áreas distantes de seu porto base, se entrelaça à estratégia de defesa ativa do PLA por incrementar sua permanência na área de operações.

A modernização e operação da PLAN são essenciais na transição de suas tarefas de defesa em áreas marítimas aproximadas e para missões de proteção em áreas marítimas afastadas, devendo otimizar suas capacidades para a dissuasão estratégica e o contra-ataque marítimo (CHINA, 2019). Observa-se que a estratégia de defesa ativa chinesa é dividida em duas camadas defensiva, sendo nos mares aproximados e afastados, que poderiam se relacionar com as estratégias de acesso e a negação da área, respectivamente.

Assim, se concentrar em exercer o controle das áreas marítimas aproximadas para salvaguardar sua soberania e as LCM, exigem a projeção do poder militar chinês em zonas marítimas contíguas, conhecidas como áreas marítimas afastadas. Com isso, obrigaria à PLAN expandir seu alcance operacional da primeira para a segunda cadeia de ilhas, estendendo-se do norte do Japão às ilhas Marianas, Guam e mais ao sul, cobrindo uma área de 200 a 1300 mn (McDEVITT, 2011).

A China poderá exercer o controle do mar ou negá-lo nesta região, evitando estar ao alcance das armas do inimigo. Por esse motivo continua se desenvolvendo militarmente, com o objetivo de sustentar suas operações longe de seu litoral, como a construção de seu primeiro porta-aviões desenvolvido com sua própria tecnologia em dezembro de 2019 e o comissionamento de um segundo navio, permitindo à PLAN estender suas operações para Alto-Mar, especialmente no Oceano Índico.

O Almirante McDevitt em sua análise A2/AD realizada à PLAN, realçou a importância estratégica que os submarinos chineses desempenhariam ao conter a frota da USN

em caso de suscitar alguma tensão com Taiwan, justificando o programa de construção que se desenvolve, concluindo que:

“À medida que o conceito antiacesso se desenvolve hoje, sua Força Submarina é a capacidade da PLAN mais importante. Assumindo que de três a quatro porta-aviões dos EUA respondam a um ataque contra Taiwan, a Marinha do PLA precisaria de pelo menos 18 a 24 submarinos na estação. [considerando um submarino no mar, um indo para o porto e outro preparando-se para ir], seria necessário entre 60 a 75 submarinos modernos para sustentar uma força submarina anti porta-aviões. Em outras palavras, é razoável esperar que a Marinha do PLA continue fazendo crescer uma Força Submarina moderna para executar uma estratégia antiacesso com confiança.” (McDEVITT, 2011, p. 207-208, tradução nossa<sup>64</sup>).

Assim, a dificuldade inata que os submarinos representam e o desgaste que sua busca simboliza, constituem a tarefa mais difícil para uma frota em sua ânsia de se aproximar do Teatro de Operações. Para isso, a PLAN possui em seu inventário quatro SSBNs, seis SSNs e 55 SSKs, que seriam distribuídos em áreas avançadas com o objetivo de conter a aproximação dos porta-aviões com sua ameaça aérea (O'ROURKE, 2020).

Em resumo, a modernização do PLA e especialmente os submarinos chineses, constituem um elemento dissuasivo para negar aos EUA e aliados, sua liberdade de ação em águas próximas ao MCM, outorgando-lhe a segurança para controlar suas LCM e enfrentar um possível conflito contra Taiwan.

Entanto, as projeções de se tornar uma Marinha de alto mar se baseiam no tipo de armas e unidades de combate que estão desenvolvendo, além de alianças estratégicas para a construção de bases ou o uso de instalações em outros Estados que permitam ampliar sua área de operação em águas azuis, na proteção de suas LCM na região Indo-Pacífico. Para isso, sua Força de submarinos desempenhará um papel fundamental na consecução de seus objetivos de defesa.

<sup>64</sup> No original: “As the antiaccess concept unfolds today, its submarine force is the most important PLAN capability. Assuming that three to four U.S carriers would respond to an attack against Taiwan, the PLA Navy would need at least 18 to 24 submarines on station. [considering one on station, one going home, one getting ready to go], somewhere between 60 to 75 modern submarines would be required to sustain an anticarrier submarine force. In other words, it is reasonable to expect the PLA Navy to continue to grow a modern submarine force if it is to execute an antiaccess strategy with confidence.”

### 5.3 O emprego do submarino convencional no Mar da China Meridional

A dependência energética e a garantia das LCM chinesas são sua principal fraqueza. Segundo McDevitt (2011), o Centro de Gravidade (CG) econômico da RPC está localizado em sua costa leste. Sobre isso, aproximadamente 50% da troca comercial chinesa é realizada com Estados asiáticos, sendo o produto chinês mais demandado o petróleo bruto. Considerando que se vive em um mundo cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo (VUCA),<sup>65</sup> os recursos petrolíferos fornecidos pelo Oriente Médio, África, Rússia ou Brasil podem sofrer alterações, que poderiam fragilizar sua estabilidade regional e tornar-se em um ator global. Sob essa premissa, possuir recursos próprios daria a Pequim uma certa dependência de reduzir um de seus principais CG.

Conforme visto, uma ruptura diplomática da China com qualquer Estado da região, o desdobramento de seus meios navais para ocupar posições estratégicas, especialmente os SSKs devido à sua limitada velocidade de avanço (SOA),<sup>66</sup> se realizaria com o maior sigilo e rapidez para evitar um possível bloqueio no MCM. Segundo Peter Howarth (2006), os problemas estratégicos dos submarinos chineses são representados pelos canais estreitos que os levam às águas azuis e pelo controle sobre eles que possuem os Estados aliados aos EUA.

De acordo com o Almirante McDevitt (2016), os navios de superfície da PLAN desempenhariam um papel ofensivo dentro da primeira cadeia de ilhas por não poder operar eficientemente além de 300 mn, pois se tornam alvos fáceis para ataques aéreos e submarinos. Nesse sentido, controlar o mar e combater qualquer obstrução que ameace a saída dos submarinos do MCM, seriam as principais tarefas da Força Naval na primeira cadeia de ilhas.

<sup>65</sup> Do acrônimo em inglês “Volatility, Uncertainty, Complexity and Ambiguity.” Conceito empregado na década de 90 pelo U.S Army War College para explicar o mundo globalizado. Disponível em: <<https://usawc.libanswers.com/friendly.php?slug=faq/84869>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

<sup>66</sup> *Speed of Advance*.



Então, a visão chinesa de fortalecer seus SSKs, deve-se às condições geográficas favoráveis dos mares ao longo de seu litoral. Em relação ao MCM, segundo Howarth (2006), os mares da costa da China são conhecidos por seus fundos rasos até 4.000 metros no lado leste de Taiwan, com presença de tempestades, tufões no período que vai de maio a dezembro, além de apresentar densas brumas na primavera que dificultam a navegação, ocorrendo ainda muitos fatores que prejudicam a Guerra antissubmarino (ASW) nesta área. Além disso, o fundo do mar está predominantemente composto de areia, limo e lodo que facilitam as operações os SSK no fundo.

Tais condições fornecem uma vantagem operacional para os SSKs sobre os SSNs ao efetuar a defesa dos mares aproximados à China, graças ao seu sigilo quando navega com pouca velocidade, possuindo maior manobrabilidade em águas pouco profundas. A topografia submarina do MCM somado ao tráfego marítimo denso é ideal para o uso dos dezessete SSKs das classes “Kilo” e “Song” com propulsão diesel-elétrica e o sistema ASCM SS-N-27 Sizzler que a PLAN possui. O alcance de seus mísseis e sua versatilidade proporcionariam exercer a estratégia Antiacesso na primeira cadeia de ilhas, apoiada pelos SSKs das classes Ming e Romeo, além de realizar tarefas de mineração em áreas específicas.

Prosseguindo, os 20 SSKs da classe “Yuan” e os oito submarinos classe “Kilo” equipados com sistemas AIP e ASCM, poderiam executar tarefas de Negação de Área ou proteger os principais estreitos e LCM, ao se posicionarem na zona de mares afastados da segunda cadeia de ilhas ou no Oceano Índico. Sua resistência por semanas debaixo da água, complementado pelo sigilo de seus movimentos, torna-o ideal para essas missões, podendo apoiar-se das instalações logísticas implementadas em sua estratégia de “Colar de Pérolas”.

Nesse contexto, a capacidade submarina da PLAN de representar uma ameaça credível aos ativos mais valiosos da Marinha dos EUA, a manutenção da Força a uma distância das áreas prováveis onde operam os submarinos (HOWARTH, 2006). Portanto, evidencia-se o

poder dissuasivo dos SSKs de restringir a liberdade de ação das forças-tarefa da USN, que avaliavam custos e riscos antes de uma intervenção militar. Para Corbett (2004), desde que o espírito agressivo seja preservado, poderia permitir uma força inferior de um golpe vitorioso nos momentos descuidados do inimigo.

Em conclusão, a estratégia naval chinesa baseia-se na estratégia de defesa ativa ou A2/AD. O emprego de seus submarinos convencionais no MCM estaria definido por tarefas. Os SSKs das classes “Ming” e “Romeo” cumpririam missões de mineração nas áreas principais, apoiando as tarefas de Negação de Área à classe “Song” e os quatro antigos submarinos classe “Kilo”, os quais estariam localizados na “Primeira Cadeia de Ilhas”, efetuando o trabalho de bloqueio e proteção das LCM aproximadas ao MCM. No entanto, os SSK da classe “Yuan” e “Kilo” com sistema AIP e ASCM, executariam tarefas A2 para conter a aproximação das unidades e armas do inimigo às áreas estratégicas chinesas e LCM próximas ao MCM, conforme exemplificamos no (ANEXO D). Tais estratégias seriam complementadas com os SSNs e SSBNs, por possuírem uma maior liberdade na realização de possíveis ataques com mísseis balísticos JL-2, com um alcance aproximado de 7.400 km,<sup>67</sup> que dessuariam uma intervenção militar dos EUA em suas decisões políticas.

---

<sup>67</sup> Disponível em: <<https://crsreports.congress.gov/product/pdf/RL/RL33153>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

## 6 CONCLUSÃO

Os preceitos de Mahan sobre a importância de possuir um poder naval compatível aos interesses e objetivos de um Estado para proteger seu comércio e recursos energéticos, além de se apoiar em instalações logísticas para um maior controle ao longo das LCM, ficam evidenciados na estratégia chinesa ao analisar os programas de modernização que o PLA desenvolve e os objetivos estabelecidos no LBDN, que buscam converter o Estado em um ator global antes da metade do século XXI. Entretanto, sua estratégia de defesa ativa que persegue a negação do controle do mar a um inimigo em uma área de interesse, alinham-se às teorias escritas por Corbett.

O crescimento da RPC alcançará suficiente poder econômico e militar para impor suas próprias regras no sistema internacional. A dependência dos Estados por seus produtos serviria de instrumento de coerção para consolidar sua ordem mundial de acordo com a sua conveniência. O governo chinês aproveitará sua posição de poder emergente para desenvolver uma maior capacidade bélica visando proteger suas linhas de comunicação marítimas e reduzir a brecha militar existente com os EUA.

A China continua desenvolvendo um poder naval capaz de proteger sua soberania e interesses nacionais no exterior. O rejuvenescimento nacional chinês depende da reunificação do país, convertendo Taipei em protagonista para encerrar um capítulo pendente desde o século da humilhação. Assim, o principal cenário que poderia alterar o *status quo* vivenciado pelos Estados da ASEAN<sup>68</sup> seria uma escalada de tensões até o nível militar devido à recusa de Taiwan ao ser anexada à China. Além disso, em menor medida, outros possíveis cenários poderiam caracterizar as demandas territoriais da China sobre os arquipélagos Spratly e Paracel, como as explorações das reservas energéticas que existente no fundo do MCM.

---

<sup>68</sup> Association of Southeast Asian Nations (Associação das Nações do Sudeste Asiático, tradução nossa).

A pesquisa apresentada indica que a estratégia adotada pela PLAN, de defesa ativa, se relaciona à A2/AD, onde os submarinos convencionais desenvolverão um papel fundamental para a concretização dos objetivos chineses, sendo posicionados de acordo com as suas capacidades dentro da primeira e segunda cadeia de ilhas, se aproveitando das estações logísticas que a China vem desenvolvendo fora de seu território para manter suas unidades.

Como foi enfatizado no decorrer do trabalho, o auge econômico da China avançou conjuntamente com a modernização de sua Força Armada, convertendo-se como a mais moderna e numerosa a nível regional, cujo processo de renovação deve-se concluir em 2035, entendendo-se que antes dessa data, a China utilizaria a diplomacia para resolver qualquer conflito de interesse. Nessa linha, os submarinos convencionais representam a coluna vertebral dessa fase, com a aquisição de 45 unidades nos últimos 25 anos.

A postura estratégica da China é de evitar um confronto direto com os EUA, para isso sua arma mais dissuasiva são seus submarinos de propulsão nuclear equipados com mísseis balísticos que podem realizar disparos certos à costa oeste estadunidense com precisão, sem se afastar da proteção de seus mares. O sucesso da missão dependerá, de maneira considerável, do esforço que realizarão os SSKs, que possuem a tarefa de manter a esquadra inimiga longe de projetar poder sobre alvos de interesse próprio.

Os submarinos convencionais são fundamentais na Estratégia Naval da China, na proteção de seus interesses dentro do MCM. Seu emprego na realização de um bloqueio a Taiwan, permite o desembarque de navios anfíbios, proteção dos estreitos que conectam os oceanos com o MCM, além de vigilância das LCM onde transita seu comércio e recursos energéticos, convertendo em armas essenciais para o planejamento chinês. A suspeita de sua presença gera uma avaliação de riscos e meios que persuadem qualquer ameaça que pretenda interferir em seus interesses marítimos ou decisões políticas.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, DF, 2012. 276 p.
- \_\_\_\_\_. Estado-Maior da Armada. EMA-305. *Doutrina Militar Naval*. 1 rev. Brasília: 2017.
- COLE, Bernard D. *The Great Wall at Sea: China's Navy Enters the 21st Century*. Annapolis, MD: Naval Institute Press, 2001. 288 p.
- \_\_\_\_\_. The PLA Navy and "Active Defense". In: FLANAGAN, Stephen J.; MARTI, Michael E. (Ed.). *The People's Liberation Army and China in Transition*. Washington, DC: National Defense University Press, 2003. p. 129–138.
- COLÔMBIA. Escuela Superior de Guerra. *Estrategia Marítima, Evolución y Prospectiva*. Bogotá: Escuela Superior de Guerra, 2016. 412 p.
- CORBETT, Julian S. *Principles of Maritime Strategy*. New York: Dover Publications, 2004. 227 p.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *El Poder Marítimo: Castex y la Estrategia Naval*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1989. 250 p.
- \_\_\_\_\_. *Tratado de Estratégia*. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso *et al.* Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. p. 474-483.
- DOENITZ, Karl. *Memoirs: Ten Years and Twenty Days*. Translated by R. H. Stevens. London: Frontline Books, 2012. p. 127-182.
- DUARTE, Paulo. A China e o Mar: A Natureza Mutável do Comportamento Naval Chinês. *Revista Militar*. Lisboa, n. 2535, 2013. Disponível em: <[https://www.revistamilitar.pt/artigo/817#\\_ftnref8](https://www.revistamilitar.pt/artigo/817#_ftnref8)>. Acesso em: 06 jul. 2020.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Office of the Secretary of Defense. *Annual Report to Congress: THE Military Power of the People's Republic of China*. Washington, D.C.: 2004. 54 p. Disponível em: <<https://archive.defense.gov/pubs/d20040528PRC.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Ministry of Foreign Affairs. *Statement of the Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China on the Award of 12 July 2016 of the Arbitral Tribunal in the South China Sea Arbitration Established at the Request of the Republic of the Philippines*. 12 July 2016. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/nanhai/eng/snhwtlcwj\\_1/t1379492.htm](https://www.fmprc.gov.cn/nanhai/eng/snhwtlcwj_1/t1379492.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. U.S. Congress. *Taiwan Allies International Protection and Enhancement Initiative (TAIPEI) Act of 2019*. 26 Mar. 2020. Disponível em: <[h-congress/senate-bill/1678/text](http://h-congress/senate-bill/1678/text)>. Acesso em: 18 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Office of the Secretary of Defense. *Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2019*. Washington, D.C.: 2019. 123 p. Disponível em: <[http://www.andrewerickson.com/wp-content/uploads/2019/05/DoD\\_China-Report\\_2019.pdf](http://www.andrewerickson.com/wp-content/uploads/2019/05/DoD_China-Report_2019.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2020.

FANELL, James E. Asia Rising: China 's Global Naval Strategy and Expanding Force Structure. *Naval War College Review*. Newport, v. 72, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol72/iss1/4/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científica*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p. (Coleção Aprender).

GOLDSTEIN, L.; MURRAY, B. Undersea Dragons: China's Maturing Submarine Fleet In: HOWARTH, Peter. *China's rising sea power: the PLA Navy's Submarine Challenge*. New York: Routledge, 2006. p. 01-14.

GOLDSTEIN, Lyle J. China's YJ-18 Supersonic Anti-Ship Cruise Missile: America's Nightmare?. *The National Interest*, 01 June 2015. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/feature/chinas-yj-18-supersonic-anti-ship-cruise-missile-americas-13010?nopaging=1>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

GRYNKEWICH, Alex. The Future of air Superiority, Part III: Defeating A2/AD. *War on the Rocks*, 13 Jan. 2017. Disponível em: <<https://warontherocks.com/2017/01/the-future-of-air-superiority-part-iii-defeating-a2ad/>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

GUANGQIAN, Peng; YOUZHI, Yao (Ed.). *The Science of Military Strategy*. Beijing: Military Science, 2005. p. 442–443.

HOLMES, James R.; YOSHIHARA, Toshi. *Chinese Naval Strategy in the 21st Century: The Turn to Mahan*. New York: Routledge, 2008. 168 p.

HOWARTH, Peter. *China's Rising Sea Power: The PLA Navy's Submarine Challenge*. New York: Routledge, 2006. 209 p.

KAPLAN, Robert D. *Asia's Cauldron: The South China Sea and the End of a Stable Pacific*. New York: Random House, 2014. 256 p.

KHANNA, Monty. Conventional Submarines Move to Centrestage. *Observer Research Foundation*, New Delhi, n. 310, 2019. Disponível em: <<https://www.orfonline.org/research/conventional-submarines-move-to-centrestage-55002/>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

KONG, Zhiguo. *The Making of a Maritime Power: China's Challenges and Policy Responses*. Singapore: Springer, 2017. 172 p.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*. 5<sup>th</sup> ed. New York: Dover Publications, 1987. 530 p.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Interest of America in Sea Power, Present and Future*. Boston: Little, Brown, 1898. 314 p.

McDEVITT, Michael. Ruminations about How Little We Know about the PLA Navy. In: HOWARTH, Peter. *China's rising sea power: the PLA Navy's Submarine Challenge*. New York: Routledge, 2006. p. 15-20.

\_\_\_\_\_. The PLA Navy's Anti-access Role in a Taiwan Contingency. In: SAUNDERS, Phillip C. *et al.* (Ed.). *The Chinese Navy: Expanding Capabilities, Evolving Roles*. Washington, DC: National Defence University Press, 2011. p. 191-214.

\_\_\_\_\_. China's far sea's navy: The Implications of the "Open Seas Protection" Mission. *A Paper for the "China as a Maritime Power" Conference*, Airlington, Apr. 2016. Disponível em: <[https://www.cna.org/cna\\_files/pdf/China-Far-Seas-Navy.pdf](https://www.cna.org/cna_files/pdf/China-Far-Seas-Navy.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2020.

MINNICK, Wendell. Senkakus Could Be Undoing of Asia Pivot. *Defense News*, Apr. 2013.

MURRAY, William S., An Overview of the PLAN Submarine Force. In: ERICKSON, Andrew S. *et al.* *China's Future Nuclear Submarine Force*. Annapolis: Naval Institute Press, 2007. pp. 59-76.

NIELSEN, Richard O. *Sonar Signal Processing*. Northwood, MA: Artech House, 1991. 384 p.

O'ROURKE, Ronald. PLAN Force Structure: Submarines, Ships, and Aircraf. In: SAUNDERS, Phillip C. *et al.* (Ed.). *The Chinese Navy: Expanding Capabilities, Evolving Roles*. Washington, DC: National Defence University Press, 2011. p. 141-174.

\_\_\_\_\_. China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities-Background and Issues for Congress. *Congressional Research Service*, 21 May 2020. Disponível em: <<https://crsreports.congress.gov/product/pdf/RL/RL33153/236>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

PASSARINHO, Nathalia. Soja Brasileira gera tensão em Guerra Comercial entre EUA e China. *BBC News Brasil*, Londres, 19 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-49374249>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

PEHRSON, Christopher J. String of pearls: Meeting the Challenge of China's Rising Power across the Asian Littoral. *Carlisle Papers in Security Strategy*, Carlisle, June 2006. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a451318.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

Qi, Xu; Erickson, Andrew S.; Goldstein, Lyle J. Maritime Geostrategy and the Development of the Chinese Navy in the Early Twenty-first Century. *Naval War College Review*, Newport, v. 59, n. 4, 2006. Disponível em: <<https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol59/iss4/5>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. *Livro Branco de Defesa: China's National Defense in the New Era*. Beijing: The State Council Information Office of the People's Republic of China, July 2019. Disponível em: <<http://www.chinadaily.com.cn/specials/whitepaperonnationaldefenseinnewera.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ROBINSON, P.S. *China and the South China Sea Debate: Crouching Tiger or Hidden Dragon?*. 2013. 73 f. Thesis (Master of Defence Studies) – Canadian Forces College, Canadian Department of National Defence, [Toronto], 2013.

SHEN, Z.; ZHANG, H.; ZHOU, X. The Military Revolution in Naval Warfare. In: PILLSBURY, M. (Ed.). *Chinese Views of Future Warfare*. Washington, DC: NDU Press, 1998. p. 275-284.

TAN, Andrew T.H. *The Arms Race in Asia: Trends, Causes and Implications*. London: Routledge, 2014. 246 p.

TANGREDI, Sam J. Antiaccess Warfare as Strategy. *Naval War College Review*, Newport, v. 71, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol71/iss1/4/>>. Acesso em: 18 jul. 2020.



VEGO, Milan. On Littoral Warfare. *Naval War College Review*, Newport, v. 68, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol68/iss2/4/>>.

WACHMAN, Alan M. *Why Taiwan?: Geostrategic Rationales for China's Territorial Integrity*. Stanford: Stanford University Press, 2007. p. 118-152.

WAITE, A. D. *Sonar for practical Engineers*. 3<sup>rd</sup> ed. West Sussex: John Wiley, 2003. 256 p.

WONG, Edward. Trump Administration Approves F-16 Fighter Jet Sales to Taiwan. *The New York Times Company*, 16 Aug. 2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/08/16/world/asia/taiwan-f16.html>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

XINHUA NET. *China-Myanmar pipeline carries 10.8 mln tonnes crude oil in 2019*. Kunming, 14 Jan. 2020. Disponível em: <[http://www.xinhuanet.com/english/2020-01/14/c\\_138704469.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2020-01/14/c_138704469.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2020.

## ANEXO A



FIGURA 1 - Mapa da Primeira e Segunda Cadeia de Ilhas.

Fonte: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011, p. 23.  
<[https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2011\\_CMPR\\_Final.pdf](https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2011_CMPR_Final.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2020

## ANEXO B

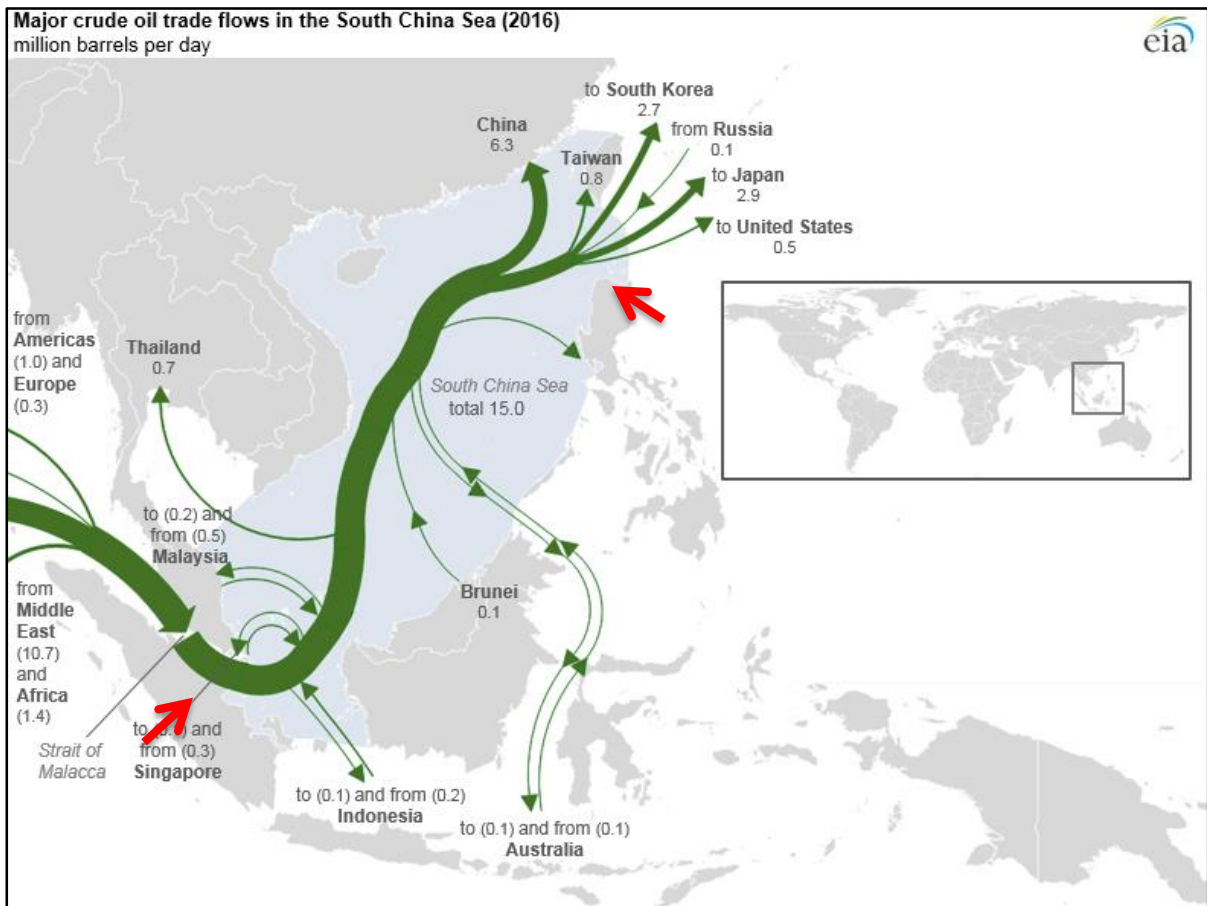


FIGURA 2 – Fluxo do Petróleo Cru no Mar da China Meridional.

Fonte: U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2016.

<<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=36952>>. Acesso em: 26 maio 2020. (Houve alteração na ilustração com acréscimo de duas setas, para explicitar os dois estreitos mais importantes da Ásia).

## ANEXO C

FIGURA 3 – Mapa da *Nine-Dash Line*.

Fonte: BBC NEWS, 25 July 2020 < <https://www.bbc.com/news/world-australia-53536173>>. Acesso em: 26 Jul. 2020.

## ANEXO D



FIGURA 4 – Mapa do emprego dos submarinos convencionais.

Fonte: JAGRANJOSH, 11 mar. 2020. <<https://www.jagranjosh.com/general-knowledge/how-chinas-string-of-pearls-project-would-affect-indias-security-1500355710-1>>. Acesso em: 06 jul. 2020. (Houve alteração na ilustração com acréscimo de SSKs para explicitar seu emprego na estratégia naval chinesa no Mar da China Meridional).